



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES – CCHLA**  
**COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**RAKEL RODRIGUES DA SILVA**

**DA IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO DE SOCIOLOGIA ÀS PRÁTICAS**  
**DOCENTES: o caso da sobreposição entre as carreiras de**  
**Sociologia e de Geografia numa escola estadual da Paraíba**

**JOÃO PESSOA - PB**

**2018**

**RAKEL RODRIGUES DA SILVA**

**DA IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO DE SOCIOLOGIA ÀS PRÁTICAS  
DOCENTES: o caso da sobreposição entre as carreiras de Sociologia e de  
Geografia numa escola estadual da Paraíba**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial da obtenção do grau de graduada em Ciências Sociais.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dra. Rita de Cássia Melo Santos.

**JOÃO PESSOA – PB**

**2018**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S586i Silva, Rakel Rodrigues da.

DA IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO DE SOCIOLOGIA ÀS PRÁTICAS  
DOCENTES: o caso da sobreposição entre as carreiras de  
Sociologia e de Geografia numa escola estadual da  
Paraíba / Rakel Rodrigues da Silva. - João Pessoa,  
2018.

65 f. : il.

Orientação: Rita de Cássia Melo Santos.  
Monografia (Graduação) - UFPB/CCHLA.

1. Educação. Prática Docente. Sociologia. I. Santos,  
Rita de Cássia Melo. II. Título.

UFPB/CCHLA

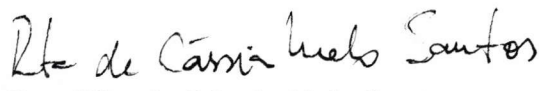
RAKEL RODRIGUES DA SILVA

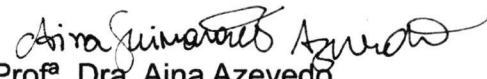
**DA IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO DE SOCIOLOGIA ÀS PRÁTICAS  
DOCENTES: o caso da sobreposição entre as carreiras de Sociologia e de  
Geografia numa escola estadual da Paraíba**

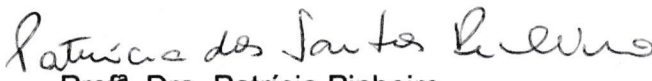
Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento as exigências da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Ciências Sociais

Aprovada em: 05 / M / 2018

**BANCA EXAMINADORA**

  
Profª. Dra. Rita de Cássia Melo Santos.  
(Orientadora)

  
Profª. Dra. Aina Azevedo  
(Membro da Banca)

  
Profª. Dra. Patrícia Pinheiro  
(Membro da Banca)

*“Educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é preparação para a vida, é a própria vida.”*

*John Dewey*

## **AGRADECIMENTOS**

Em especial, a Deus que sempre está ao meu lado concedendo-me, coragem, força e perseverança para prosseguir firme na conquista de meus ideais de aperfeiçoamento pessoal e profissional.

Aos meus pais, pois se hoje me considero uma mulher vencedora, isso é fruto do seu amor, de seus ensinamentos, os quais foram de suma relevância na minha formação cidadã e ética. Recebam minha eterna gratidão.

Ao meu esposo Manoel, meu filho Isaac e as minhas amigas de luta: Socorro, Marcilene, Talita e Aline, pela amizade e companheirismo partilhados durante essa graduação.

A todos os Professores da Universidade Federal da Paraíba pelos preciosos conhecimentos repassados, os quais farão parte de minha atuação profissional por terem sido de excelente qualidade.

À minha orientadora, a professora e Doutora em Antropologia Social Rita de Cássia Melo Santos, pelas preciosas orientações e acompanhamento no processo de construção deste estudo. Meu muito obrigada.

Aos examinadores da banca, as professoras Aina Azevedo e Patrícia Pinheiro pelas preciosas correções e apoio na apresentação deste trabalho de conclusão de curso. Meu muito obrigada.

Aos colegas de turma pelos momentos maravilhosos compartilhados sempre em espírito de colaboração e união, juntos superamos muitos obstáculos e juntos conseguimos realizar mais essa conquista.

Agradeço também a todas as pessoas que sempre me estimularam durante esses anos de estudos e em especial, aqueles que me ajudaram a superar os momentos mais emblemáticos dessa graduação.

Essa vitória que hoje comemoro é de todos os que fazem parte de minha vida, de todos que de alguma forma contribuíram para que hoje eu possa dizer “A minha felicidade teve a contribuição de muitos”.

## RESUMO

No Brasil, o ensino de Sociologia nas escolas de Ensino Médio sempre enfrentou grandes adversidades resultantes da sua inserção, retirada e reinserção na grade curricular oficial. Após muitas lutas e reivindicações de sociólogos e estudantes de Sociologia, por meio da Lei de nº 11.684/2008, ocorreu a obrigatoriedade de inclusão da disciplina no currículo oficial do Ensino Médio. Entretanto, apesar de existir hoje esse respaldo legal, em muitas escolas a disciplina tem sido lecionada por professores com formação em outras licenciaturas. Ante o exposto, a pesquisa em tela ora apresentada teve como objetivo analisar como ocorre o ensino de Sociologia numa escola da Rede Estadual de Ensino da cidade de São Miguel de Taipu que está sob a competência de professores de Geografia. Como metodologia de pesquisa desenvolvemos um estudo bibliográfico seguido de uma pesquisa de campo que teve como técnica de pesquisa entrevistas semi-estruturadas que contou com a participação de 02 educadores e 20 estudantes. Ao término da pesquisa foi possível compreender que a Sociologia é uma disciplina fundamental na formação cidadã dos educandos uma vez que trabalha conteúdos de grande relevância social para o desenvolvimento da criticidade e reflexibilidade nos alunos, por contemplar conteúdos pluridisciplinares. As entrevistas realizadas confirmaram que na escola campo de pesquisa os professores de Geografia lecionam a disciplina de Sociologia e que muitos alunos reconhecem a importância da disciplina e têm muitas queixas da forma como a mesma tem sido trabalhada no interior da instituição de ensino pesquisada. Essa adversidade fez com que muitos estudantes não demonstrassem ter nenhum conhecimento sobre o quanto a Sociologia é importante para compreendemos as transformações sociais e seus impactos na vida dos indivíduos.

**Palavras-Chave:** Educação. Prática Docente. Sociologia.

## ABSTRACT

In Brazil, the Sociology teaching in the schools of Secondary education always faced great resultant adversities of his insertion, retreat and reinsertion in the grill curricular official. After many struggles and claims of sociologists and students of Sociology, through the Law of n ° 11.684/2008, it took place to obligatoriness of inclusion of the discipline in the official curriculum of the Secondary education. Meantime, in spite of there is today this legal backrest, in many schools the discipline has been taught by teachers with formation in other degree courses. Before the exposed one, the inquiry in fabric well presented it had as I aim to analyse as the Sociology teaching takes place in a school of the State Net of Teaching of the city of Saint Miguel de Taipu who is under the teachers' Geography competence. Like inquiry methodology we develop a bibliographical study followed by a field work that took as a technique of inquiry semi-structured interviews that it counted with the participation of two educators and twenty students. To the end of the inquiry it was possible to understand that the Sociology is a basic discipline in the formation citizen of the educandos as soon as it works contents of great social relevance for the development of the criticidade and reflexivity in the pupils, because of contemplating contents pluridisciplinares. The fulfilled interviews confirmed that in the school inquiry field the teachers of Geography teach the discipline of Sociology and that many pupils recognize the importance of the discipline and have many complaints of the form like same it has been worked in the interior of the investigated institution of teaching. This adversity did so that many students did not demonstrate to know is left as for Sociology it is important for compreendemos the social transformations and his impacts in the life of the individuals.

**Key-Words:** Education. Teaching practice. Sociology.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BNCC	Base Nacional Comum Curricular.
CEB	Câmara de Educação Básica.
CFB	Constituição Federal do Brasil.
CNE	Conselho Nacional de Educação.
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
LDB	Lei de Diretrizes e Bases.
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>2 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: breves reflexões em torno da sua origem .....</b>	<b>13</b>
<b>2.1 SÉCULO XX E AS TRANSFORMAÇÕES DO CAMPO EDUCACIONAL BRASILEIRO .....</b>	<b>16</b>
<b>2.2 A SOCIOLOGIA NA HISTÓRIA DA SOCIEDADE .....</b>	<b>22</b>
<b>3 A SOCIOLOGIA E O NOVO PARADIGMA EDUCATIVO DO BRASIL: Entre retrocesso e avanços .....</b>	<b>27</b>
<b>3.1 PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE SOCIOLOGIA: A dicotomia entre o previsto oficialmente e o concretizado nas escolas .....</b>	<b>31</b>
<b>3.2 O ENSINO DA SOCIOLOGIA NO SÉCULO XXI .....</b>	<b>34</b>
<b>4 O ENSINO DE SOCIOLOGIA NUMA ESCOLA NO INTERIOR DA PARAIBA ...</b>	<b>40</b>
<b>4.1 O TRÂNSITO ENTRE AS DISCIPLINAS SOCIOLOGIA E GEOGRAFIA .....</b>	<b>43</b>
<b>4.2 PERFIL DOS PROFESSORES AVALIADOS NA PESQUISA DE CAMPO: Análise e discussão de resultados .....</b>	<b>46</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>60</b>
<b>DOCUMENTAÇÃO PESQUISADA .....</b>	<b>61</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>63</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A partir da promulgação da Constituição Federal do Brasil (CFB) de 1988, o campo da Educação foi revestido de novos pressupostos com a instauração do Estado Democrático e de Direito, que formulou a conjuntura de que a educação é direito de todos e dever do Estado para com seus cidadãos e os assim naturalizados.

Esse novo arcabouço jurídico do campo educacional, busca dentre outras coisas tornar a escola adequada as exigências da sociedade contemporânea. Dentre estas exigências a mais significativa é dotar os indivíduos de inúmeras habilidades e competências que correspondam as expectativas do mercado de trabalho e conquistar sua cidadania e autonomia intelectual, ou seja, formar o cidadão crítico.

Todavia, mesmo após as várias mudanças desencadeadas nas últimas décadas, um olhar mais minucioso para a escola brasileira nos conduz a conclusão de que a prática docente mostra-se controversa, complexa no que diz respeito ao desenvolvimento da educação de qualidade e emancipatória. Embora tenhamos alcançado avanços significativos em termos do direito de acesso à educação, implementação de políticas públicas em todas as modalidades da Educação Básica, no que diz respeito ao ensino de Sociologia, a disciplina enfrenta muitas dificuldades com sua reinserção, retirada e reinclusão na grade curricular do Ensino Médio.

Tratando-se do ensino de Sociologia, espera-se que os profissionais docentes sejam capazes de repassar aos alunos conhecimentos de excelência para elevar seu potencial de desenvolvimento humano de maneira crítica, reflexiva e criativa. Contudo, a realidade concreta das escolas públicas mostra-se bem distinta das consideradas ideais para a formação global de crianças, adolescentes, jovens e até mesmo adultos, pois o ensino de Sociologia na maioria de nossas escolas públicas tem sido lecionado por professores sem habilitação específica nas Ciências Sociais. O Censo Escolar divulgado pelo INEP (Brasil, 2017) revelou que apenas 25,8% dos professores de Sociologia que atuam no Ensino Médio apresentam formação adequada, com isso, o ensino repassado não ocorre pelo viés da construção do aluno crítico e reflexivo, capaz de se transformar no principal protagonista do seu processo de construção do conhecimento.

Tais docentes, embora tenham recebido uma formação pedagógica em que muitos conteúdos das Ciências Sociais estiveram contemplados no currículo da habilitação, não há como ignorar que em sala de aula seu fazer profissional mostra-se fragmentado, deixa lacunas na aprendizagem que são fundamentais para a formação cidadã dos alunos.

Como bem defende Nery (2008, p.19): “A educação então deve fazer com que o indivíduo internalize ideias e procedimentos que fazem parte do meio social.”.

Docentes formados em áreas distintas da Sociologia não dominam as competências didático-pedagógicas essenciais para trabalhar assuntos importantes das Ciências Sociais e que são fundamentais para que o aluno possa compreender o mundo a sua volta e como as transformações sociais influenciam e até mesmo determinam o rumo da sua vida em sociedade, refletindo sobre a política, o papel do Estado, as transformações macroeconômicas e sociais.

No geral todos os que atuam em espaços educativos precisam compreender que “A qualidade do ensino também se mede pela formação de um aluno crítico e politizado.” (GADOTTI, 2007, p.39).

Ante o exposto, o estudo em tela teve como objetivo principal compreender as formas de ensino-aprendizagem da sociologia numa escola da rede pública de ensino. Para tanto, adotamos os seguintes objetivos específicos: rever alguns momentos que marcam o campo da educação pública; refletir sobre a função da sociologia na prática educativa; traçar o perfil profissional dos docentes de Sociologia; analisar a percepção de alunos sobre o professor de geografia que ensina Sociologia.

O interesse pelo estudo da temática despontou durante a fase de desenvolvimento do estágio supervisionado realizado na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Maria da Lins, no município de São Miguel de Taipu, Estado da Paraíba/PB, uma instituição pública de ensino que exerce grande relevância na comunidade, mas nesta, o ensino da disciplina de Sociologia desde o ano de 2015 tem sido lecionado por professores habilitados em Geografia. Durante o desenvolvimento do estágio ficou nítido que os alunos mostram-se descontentes com essa situação, muitos não conseguem compreender os conhecimentos repassados e a maioria questiona a atuação dos docentes, considerando-a ineficaz, desestimulante, monótona e estanque de significados para sua formação global.

Tratando-se da função social que a Sociologia deve ser capaz de realizar na escola, Rodrigues (2000) afirma que a Sociologia cria condições na área educacional para que existam discussões importantes sobre a função social da escola, a vida em sociedade instigando o sujeito a lutar pela transformação da escola e da sociedade, tornando-os indivíduos críticos e reflexivos.

“Há consenso quando se afirma que nossa profissão deve abandonar a concepção predominante no século XIX de mera transmissão do saber escolar” (GADOTTI, 2003, p.13). Nessa perspectiva, para que tal pressuposto seja concretizado, a prática docente deve ser estimulante e mobilizadora do processo de construção dos conhecimentos, impulsionando os alunos ao aprender a aprender.

O cenário atual, na visão de Alonso (2003, p.19) é de profunda mudança ideológica, cultural, social e profissional, e nesse cenário, a educação é considerada “o cerne do desenvolvimento da pessoa humana e da sua vivência na sociedade, sociedade da qual se espera um desenvolvimento econômico acrescido e uma melhor qualidade de vida”.

A metodologia usada para atingir os objetivos destacados neste estudo pautou-se na abordagem qualitativa, composta por uma pesquisa bibliográfica seguida de um estudo de campo, tendo como técnica de coleta de dados uma entrevista semi-estruturada realizada com professores e alunos com vistas a investigar os possíveis entraves nas práticas didáticas relacionadas ao ensino de Sociologia.

No que diz respeito à pesquisa bibliográfica, conforme relata Severino (2007, p.122):

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores [...] Utiliza-se de dados ou categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes nos textos.

Conforme defende Tozonni-Reis (2009, p.36), “vamos buscar, nos autores e obras selecionadas, os dados para a produção do conhecimento pretendido.” Nesse sentido, a pesquisa foi realizada em livros, artigos científicos, monografias e sites educacionais para refletirmos como os autores e pesquisadores expõem suas opiniões acerca da temática do ensino de Sociologia.

Quanto à importância que a técnica de entrevista representa para o campo das Ciências Sociais, Duarte destaca que para Queiroz (1988), “a entrevista semi-estruturada é uma técnica de coleta de dados que supõe uma conversação continuada entre informante e pesquisador e que deve ser dirigida por este de acordo com seus objetivos.” (DUARTE, 2002, p.147).

Feitas essas preliminares considerações, o trabalho ora apresentado foi estruturado da seguinte maneira. Na introdução apresenta-se sua justificativa, relevância social, a problemática que será abordada e seus objetivos. No primeiro capítulo faz-se uma discussão em torno da Educação Brasileira contemporânea integrando-a aos fundamentos do ensino de sociologia, destacando suas contribuições no processo de construção do conhecimento escolar.

No segundo capítulo tecemos importantes reflexões sobre a formação docente em Ciências Sociais, seus fundamentos epistemológicos e importância para produzir mudanças significativas no ensino, na aprendizagem e na vida em sociedade.

No terceiro capítulo, as reflexões ocorrem em torno do atual paradigma preconizado para a educação brasileira vir a se tornar de qualidade, discute-se os retrocessos e os avanços do ensino de Sociologia, bem como a formação docente e a dicotomia entre o previsto legalmente e o concretizado na prática cotidiana de ensino da disciplina.

O quarto capítulo apresenta o campo de pesquisa, especificamente, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Maria Lins da cidade de São Miguel de Taipu, Estado da Paraíba, seguido dos resultados alcançados na entrevista a qual contou com a participação de docentes que lecionam a disciplina de Sociologia e de estudantes.

Por último, trazemos as considerações finais, uma síntese geral da pesquisa bibliográfica e do estudo de campo.

Desejamos que a pesquisa proporcione aos educadores em geral a compreensão de que “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção e construção.” (FREIRE, 2000, p.47). Quem ensina aprende com o aluno e esse ensino não pode dar-se distanciado das questões que influenciam o agir em sociedade.

## **2 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: breves reflexões em torno da sua origem**

Para entender a importância que a educação desempenha no contexto da emancipação humana e intelectual de todo ser humano, é necessário rever alguns momentos que marcam a história da Educação Brasileira e que precisam fazer parte dos conhecimentos de todo educador que luta pela construção de uma prática escolar de qualidade para os educandos.

Nesse percurso, veremos que a ação dos padres jesuítas no Brasil foi muito importante para as práticas educativas, embora seu objetivo maior tenha sido o de converter as pessoas aos dogmas da Igreja Católica, o ensino das primeiras letras lançaram as bases para a construção de nosso sistema educativo que posteriormente foi ampliado à medida que o Brasil se constituiu enquanto um Estado político de direito.

Reconhecida na contemporaneidade como direito de todos, dever do Estado e elemento fundamental para o progresso das nações, a Educação Brasileira de suas origens aos dias atuais passou por grandes momentos de turbulências e contradições, os quais de certa forma deram origem ao seu caráter dualista, mas que finalmente vem sendo substituído pelo pressuposto da educação emancipatória e genuinamente igualitária, desvinculada do caráter religioso.

Enquanto nos países europeus a educação sempre foi reconhecida como de suma relevância para o desenvolvimento das nações, no Brasil deu-se exatamente o contrário, sempre houve um antagonismo, uma contradição atrás de toda a ação educativa que para ser entendida numa perspectiva crítico-reflexiva, exige que o pesquisador recue no tempo e dialogue com a história, mas precisamente com a contribuição de filósofos e intelectuais como Aranha (2002), Barbosa (2010), Ghiraldelli Jr., (2003), Saviani (2006. 2008), Romanelli (2001), Ribeiro (2005), só para citar alguns, afim de que seja possível desvelar algumas peculiaridades que marcam a trajetória da escolarização no Brasil.

A gênese de nossa educação remota a chegada às terras brasileiras dos padres jesuítas acompanhados pelo primeiro Governador Geral Tomé de Souza. Esses religiosos vieram para a colônia brasileira incumbidos da missão de educar os colonos e indígenas, entretanto, toda a ênfase deste processo recaiu sobre o repasse dos dogmas da Igreja Católica (ROMANELLI, 2001).

Sobre essa imposição, Saviani (2008, p.31) faz a seguinte observação:

[...] há uma estreita simbiose entre educação e catequese na colonização do Brasil. Em verdade a emergência da educação como um fenômeno de aculturação tinha na catequese a sua ideia-força, o que fica claramente formulado no Regimento de Dom João III estatuído em 1549 e que continha as diretrizes a serem seguidas e implementadas na colônia brasileira pelo primeiro governador geral.

Por ser o Brasil nessa época basicamente uma sociedade fundamentada na economia agrária, exportadora e dependente dos ditames vindos da Metrópole Portuguesa, a educação não apresentava nenhum valor social como o que tem na contemporaneidade, a principal contradição desse período caracteriza-se pelo início da exclusão social, do dualismo na educação, haja vista que enquanto a educação dos indígenas e dos degredados tinha como base única a catequese, para a elite portuguesa os clérigos ofereciam outro tipo de educação: formação integral para os futuros detentores de todo o poder.

Pelo exposto acima, percebe-se que não estava nos planos dos jesuítas a intenção de levar índios, negros e degredados a pensar criticamente e conscientemente. Essa parcela da população sempre esteve excluída do projeto educativo brasileiro. Bastava a esse público a aprendizagem de ofícios: as mulheres deveriam apenas aprender a coser, bordar, cozinhar, cuidar de filhos e marido. Já para os escravos bastava apenas aprender as práticas agrícolas (SILVA, et al., 2012).

Noutro entendimento, o ensino hoje considerado de qualidade e significativo era privilégio destinado apenas da classe elitista, para os pobres, essa aprendizagem tinha como objetivo principal alfabetizar para levá-los a conversão na fé católica. Portanto, a preocupação não era com a educação em si, mas sim, com o desenvolvimento da colônia e a propagação do cristianismo nas terras brasileiras (ROMANELLI, 2001). Com isso, por quatro séculos o que predominou no Brasil foi o domínio da cultura branca cristã, masculina e alfabetizada sobre a cultura dos índios, negros, mulheres e analfabetos, o que originou a educação seletiva, discriminatória e excludente, que predominou e ainda predomina em algumas partes do nosso país.

Sobre o domínio que os jesuítas exerceram na educação brasileira, Saviani (2008) afirma que a ação jesuítica deu-se em três períodos que se interligam: o



primeiro (1549-1597) foi marcado pela morte do Padre Anchieta e a promulgação do *Ratio Studiorum*. Essa é a fase em que houve a expansão da escolarização com a criação dos colégios jesuíticos em quase todas as vilas brasileiras. O segundo período (1599-1759), diz respeito à fase de organização e centralização da educação no *Ratio Studiorum*, por último, o terceiro período (1759-1808) corresponde à fase pombalina, a qual de certa forma deu início ao segundo período das ideias pedagógicas no Brasil. “Os jesuítas se tornam famosos pelo empenho em institucionalizar o colégio como local por excelência da formação religiosa, intelectual e moral das crianças e jovens” (ROMANELLI, 2001, p.31).

Na concepção de Azevedo (1971 *apud* SAVIANI, 2008, p.41) “com a expulsão dos jesuítas, o que sofreu o Brasil não foi uma reforma de ensino, mas a destruição pura de todo o sistema colonial do ensino jesuítico”. O Marques de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo) ao fechar as escolas jesuíticas retirou dos pobres o rude acesso à educação, deixando-os assim, entregues a própria sorte.

Acerca das mudanças estabelecidas por Pombal, Ribeiro (2005, p.33) destaca que;

[...] do ponto de vista educacional, a orientação adotada foi de formar o perfeito nobre, agora negociante, simplificar e abreviar os estudos fazendo com que um maior número se interessasse pelos cursos superiores; propiciar o aprimoramento da língua portuguesa; diversificar o conteúdo, incluindo o de natureza científica; torná-los os mais práticos possíveis.

Na época do Império, tendo como pano de fundo, a vinda da família real para o Brasil, forjou-se uma nova conjuntura na realidade educacional, a partir do momento em que o ensino foi estruturado em três níveis: primário, secundário e superior (ROMANELLI, 2001). Em síntese, esse é o marco de estruturação da educação brasileira que nas décadas seguintes foi sendo reformulada conforme o país foi elevando seu nível de desenvolvimento econômico, político e cultural.

Contudo, os maiores investimentos na área educativa foram direcionados exclusivamente para o ensino superior, privilegiando apenas a elite burguesa que como detentora de todo o poder econômico, político e cultural, primava por formar de maneira integral àqueles que mais tarde iriam ditar os rumos da sociedade brasileira (BARBOSA, 2010).

A partir da instauração da República, o Brasil começa a consolidar seu processo de desenvolvimento nacional, marcado pela descentralização do poder

(extinção dos títulos de nobreza), fim do voto censitário e a abolição da escravatura, fatores que corroboraram diretamente com a formação de uma nova ordem societária. Essas mudanças tornaram-se mais significativas para o campo educacional no alvorecer do século XX quando emerge a conscientização do quanto a educação era necessária para o progresso que a nação ansiava alcançar para acompanhar o progresso que outras nações já haviam consolidado (SAVIANI, 2008).

Como bem nos esclarece Barbosa (2010, p.62):

A mudança de um modelo econômico agrário exportador para um modelo parcialmente urbano industrial acarretou em novas necessidades educacionais. A elite se viu impotente para promover as mudanças que necessitava. De um lado, tinha-se a crescente demanda em busca de escolarização e, de outro, a industrialização, exigindo formas mais adequadas de educação. Uma vez que a crise se instaurara, a solução foi implantar novas reformas. Mas estas só foram pensadas e concretizadas na década de 1930, no governo de Getúlio Vargas.

Impede frisar que enquanto as nações mundiais já havia implementado a maioria de suas políticas públicas em todas as áreas, o Brasil caminhava lentamente na concretização desse processo, mas que só foi de fato consolidado no final do século XX, com a promulgação da Constituição Federativa do Brasil de 1988, trazendo uma ruptura abrupta nas formas arcaicas de Educação Brasileira.

## **2.1 SÉCULO XX E AS TRANSFORMAÇÕES DO CAMPO EDUCACIONAL BRASILEIRO**

A partir da década de 1930, despontaram novas mudanças no cenário educacional Brasil com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública através do Decreto de nº 10.402/30 na gestão do ex-presidente Getúlio Vargas. Esse foi um passo fundamental para o estabelecimento de novas mudanças no cenário educacional. Dois anos após a criação do Ministério da Educação, desponta no país o mais significativo movimento de renovação do pensamento pedagógico brasileiro, instaurado por grandes intelectuais imbuídos pelos novos pressupostos educacionais que se difundia já há alguns anos na Europa (SAVIANI, 2008).

Esses pensadores, dentre os quais destacamos Fernando de Azevedo (1894-1974), Anísio Teixeira (1900-1971), Lourenço Filho (1897-1970), entre outros, ao divulgar o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova ou Escola Nova, ajudaram a

sociedade a compreender a importância que a educação desempenha na vida de qualquer indivíduo, além de reforçar a compreensão de que o Estado era quem deveria assumir sua obrigatoriedade, estendendo tal direito para todas as camadas sociais e não apenas como privilégio de poucos, neste caso, da elite dominante.

O documento defendia a educação como uma função essencialmente pública; a escola deveria ser única e comum, sem privilégios econômicos de uma minoria; todos os professores deveriam ter formação universitária; o ensino deveria ser laico, gratuito e obrigatório (SAVIANI et al., 2006, p.29).

Prossegue Saviani et al., (2006) e acrescenta que o Manifesto era uma proposta de política educacional que além de defender a renovação da prática educativa, também enfocava a defesa da escola pública, em síntese, propôs a construção de um amplo e bem mais abrangente sistema de educação pública. “Para a Escola Nova, educação é sinônimo de vida e o aluno, o centro da aprendizagem.” (BARBOSA, 2010, p.56).

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova exerceu forte influência na Constituição Federativa de 1934, que pela primeira vez na história da consolidação das políticas públicas, dedicou capítulo específico para tratar da educação, assunto que ainda não fazia parte das preocupações dos governantes, que vinham ano após ano, destinando para o campo educacional programas e políticas paliativas que não surtiam efeitos que pudessem ser de fato inovadores e que fossem compatíveis com o atendimento das necessidades que a população apresentava, mas que sempre eram ignoradas.

Na vereda destes questionamentos, faz-se mister ressaltar que apesar da Carta Constituinte (1934) ter estabelecido os seguintes preceitos constitucionais:

Art. 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no país, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.

Art. 150 - Compete à União:

- a) fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do país;
- b) determinar as condições de reconhecimento oficial dos estabelecimentos de ensino secundário e complementar deste e dos institutos de ensino superior, exercendo sobre eles a necessária fiscalização;
- c) organizar e manter, nos Territórios, sistemas educativos apropriados aos mesmos; [...].

Parágrafo Único - O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5º, n. XIV, e 39, n. 8, letras a e e , só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas:

- a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos;
- b) tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível;
- c) liberdade de ensino em todos os graus e ramos, observadas as prescrições da legislação federal e da estadual [...]. (BRASIL, 2012, p.136).

Um olhar mais apurado sobre esse período possibilita compreender que sempre houve um hiato entre o estabelecido constitucionalmente e o efetivado na prática. A escola brasileira continuou por várias décadas sendo dualista, excludente, seletiva e desigual. Basta lembrar que a Constituição de 1937, outorgada em 10 de novembro, imbuída nos pressupostos fascistas, desobrigou o Estado de cumprir seu dever para com a educação pública.

Sobre a Constituição Federativa de 1937, Ghiraldelli Jr., (2003, p.83-84) tece a seguinte crítica:

A orientação político-educacional que ficou explícita no seu texto indicava, praticamente, a desobrigação do dever do Estado para com a educação pública. Por outro lado, orientava a preparação de um ensino pré-vocacional e profissional. A intenção era manter explícito o dualismo educacional. Ou seja, os ricos seguiriam as escolas *propedêuticas* e os pobres as escolas profissionais.

Sob a administração do então Ministro da Educação, Gustavo Capanema Filho, o sistema brasileiro de ensino foi posto totalmente a serviço dos ditames requisitados pelo capitalismo, uma vez que as Leis Orgânicas do Ensino tiveram como objetivo único, adequar toda a educação brasileira à nova ordem econômica surgida com a expansão do setor terciário urbano, que promoveu o desenvolvimento de uma nova classe média aliada diretamente à classe burguesa industrial. Para tanto, foram criadas as escolas profissionalizantes tais como: o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI (1942), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC (1946), apenas para citar os que ainda permanecem operantes. (BARBOSA, 2010).

Com a deposição de Vargas em 1945, o Brasil passa a ser governado pelo general Gaspar Eurico Dutra, e este para romper de vez com a herança deixada por Vargas, promulga em 18 de setembro de 1946 uma nova Constituição Federal, a

qual em seu Capítulo II (Da Educação e da Cultura) resgatou o direito público de acesso ao ensino primário ao estabelecer:

Art. 166 - A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.

Art. 167 - O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos Poderes Públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem.

Art. 168 - A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:

I - o ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional;

II - o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos [...], (BRASIL, 2012, p.88).

Embora a laicidade tenha sido recuperada, a mesma foi destinada apenas para o ensino primário, os demais níveis foram seriamente prejudicados, uma vez que para ter acesso ao mesmo, todo cidadão precisava comprovar carência junto aos órgãos oficiais. Já em 20 de dezembro de 1961 é autorgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sob o nº 4.024/61, a qual apesar de não ter trazido as mudanças desejadas e tão requeridas pela sociedade brasileira, é considerada por muitos estudiosos como Ghiraldelli Jr., (2003), Romanelli (2001), Ribeiro (2005), Luckesi (1994), entre outros historiadores como o ponto de organização do Sistema Nacional Público de Ensino.

Contudo, o pouco progresso que a educação vinha apresentando foi totalmente obliterado na década seguinte pelo Golpe Militar estabelecido em 1964. Conforme leciona Manacorda (1999), de 1964 a 1985 (final da Ditadura Militar) o campo educacional brasileiro foi fortemente marcado pela burocratização da práxis educativa, atingida em todos os níveis e modalidades de ensino. As teorias e métodos de ensino adotados passaram a restringir a autonomia de professores e alunos. O movimento do Entusiasmo Pedagógico instaurado a partir da década de 1930 que deu origem a muitos outros movimentos educacionais foi totalmente suprimido pela tecnocracia militar (GHIRALDELLI JR., 2003).

A marca mais degradante deste período obscuro e nefasto de nossa história foi a repressão a que a sociedade em geral viu-se submetida, todos os movimentos sociais foram suprimidos por meio de uma polícia que ao invés de proteger os cidadãos, passa a tratá-los como bandidos, inimigos da Pátria. Nesse cenário de aviltção da dignidade humana, influentes personalidades brasileiras como Leonel Brizola, Miguel Arraes, Luiz Carlos Prestes, Paulo Freire, e muitos outros intelectuais

comprometidos com a emancipação intelectual da sociedade foram obrigados a exilar-se em outros países para não terem suas vidas ceifadas por um regime que a cada dia assumia características aterrorizantes. (BARBOSA, 2010).

O período chamado “milagre econômico” (1968-73) caracterizou-se por “um desenvolvimento capitalista que beneficiou o capital monopolista, mas excluiu as massas populares da esfera dos direitos políticos e econômicos.” (ROSSI; RODRIGUES; NEVES, 2009, p.121). Faz-se oportuno observar que nesse período, os acordos firmados entre o MEC e as instâncias internacionais como a United States International for Development (USAID), transformaram toda a política educacional, e nesse cenário, como bem pontua Veiga (1989, p.34):

A educação desempenhava importante papel na preparação adequada de recursos humanos necessários à incrementação do crescimento econômico e tecnológico da sociedade de acordo com a concepção economicista de educação. A educação não era pensada para o bem individual dos sujeitos, atrelando-se apenas aos interesses econômicos.

Ou seja, ao invés de ser reconhecida como ferramenta para a transformação social dos cidadãos, a educação passa a ser a instância instrumentalizadora específica do aperfeiçoamento da mão de obra requerida pelo capital estrangeiro que já estava totalmente estabelecido no país. A LDB nº 5.692/71, outorgada nesse período, fixou as bases para o ensino de 1º e 2º graus. Consoante o estabelecido no Art. 1º da referida lei, aduz-se que, “O ensino de 1º e 2º graus teria por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania.” (BRASIL, 1971, p.1). Todavia, o governo responsabilizou-se financeiramente, apenas com a manutenção do ensino de 1º grau.

Em termos de problemática educacional, a partir de meados de 1970 se terá tanto a questão da falta de vagas para os ingressantes no sistema – isso é, restrito à idade de 7 anos, período da escolaridade obrigatória –, quanto questões internas ao sistema, ou melhor, daquele contingente estudantil que consegue uma vaga inicial mas que não permanece nele (tal é o caso dos evadidos, dos reprovados, dos repetentes ou daqueles que permanecem no sistema mas não se escolarizam), dentre outros problemas que se tornarão chave em termos de configuração do sistema educacional brasileiro (ROSSI; RODRIGUES; NEVES, 2009, p.128).

Segundo pontua Ribeiro (2005) as marcas principais do modelo educacional adotado pelo Regime Militar foram o autoritarismo e a domesticação dos educadores e alunos. Em síntese, toda a educação passou a forjar a concretização da ideologia do desenvolvimento em detrimento da formação integral dos sujeitos.

Enfim, os resultados da política educacional da ditadura militar são os que ainda hoje vemos: alto índice de evasão e repetência, deficiência de recursos materiais e humanos, professores mal remunerados e alto índice de analfabetismo e de falta de intelectualidade nos indivíduos. (BARBOSA, 2010, p.73).

As informações ressaltadas até o presente momento possibilitam clarificar o caráter ideológico e dominante que a educação brasileira apresentou do período da colonização até o final da década de 1970 e meados da década de 1980. Arelada unicamente à satisfação do desenvolvimento econômico do país, esta permaneceu presa basicamente à instrumentalização técnica, havendo, portanto, uma grave dicotomia entre teoria e prática.

Como bem afirma Schultz 1967 *apud* SAVIANI et al., (2006, p.48):

Na década de 1960, a teoria do capital humano foi desenvolvida e divulgada positivamente, sendo saudada como a cabal demonstração do “valor econômico da educação”. Em consequência, a educação passou a ser entendida como algo não meramente ornamental, um mero bem de consumo, mas como algo decisivo do ponto de vista do desenvolvimento econômico, um bem de produção, portanto.

A outorgação da Lei nº 9.394/96, atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, reafirmou os princípios constitucionais estabelecidos pela Carta Magna de 1988, legitimando mais uma vez a Educação como direito de todos e dever do Estado. Esse é o momento que a Educação foi finalmente reconhecida como o aporte para o desenvolvimento da nação e construção da cidadania dos indivíduos, nessa perspectiva, como bem ressaltam Rankel e Stahlscmidt (2009):

O docente precisa estar comprometido com as transformações políticas e sociais, para tal, sua prática deverá estar revestida de significado, considerando a diversidade presente no contexto educacional, mas essencialmente buscando mobilizar saberes essenciais, a fim de que a informação possa transformar-se em conhecimento (RANKEL; STAHLSCMIDT, 2009, p.81).

Já a partir da década de 2000, a educação brasileira passou a contar com melhores políticas de formação global dos indivíduos, reassumindo os postulados de nossa Constituição Federal (1988), na LDBEN nº 9.394/96 como fundamentos basilares de toda a Educação Pública que para corresponder às necessidades dos alunos e interesses da sociedade precisa se torna de fato de qualidade e equitativa para dar a todos os educandos a oportunidade de alcançar um desenvolvimento integral de seus aspectos cognitivos, afetivos, sociais e emocionais e para tanto, a Sociologia é fundamental uma vez que seu pressuposto é formar o aluno com criticidade e reflexibilidade.

## **2.2 A SOCIOLOGIA NA HISTÓRIA DA SOCIEDADE**

Entendido a evolução que a Educação Brasileira alcançou de suas origens aos dias atuais, nesse momento nossa atenção concentra-se na Sociologia, uma ciência que acompanhou a evolução das sociedades, e a partir das contribuições de renomados pensadores o ser humano passou a compreender que os indivíduos dependiam tanto dos recursos da natureza quanto da convivência com seus pares para sobreviver na sociedade e desta participar.

Com base nas contribuições de Tomazi (2000) entendemos que a Sociologia de sua origem (século XVII) aos dias atuais, surgiu para ajudar as pessoas a compreenderem de que maneira as transformações sociais emergidas a partir do fim do Feudalismo e ascensão do Capitalismo afetavam as relações sociais, pois a passagem de uma sociedade manufatureira para a industrializada provocou mudanças de ordem macroeconômicas, políticas e sociais que alteraram seriamente a vida em sociedade, já que o homem passou a ocupar na sociedade uma posição antagônica (proprietários versus trabalhadores) em todas as sociedades.

Como bem afirma Giddens (2005, p.27):

O cenário que dá origem à sociologia foi à série de mudanças radicais introduzidas pelas duas grandes revoluções da Europa dos séculos XVIII e XIX – Revolução Francesa e Revolução Industrial. Esses eventos transformadores mudaram irreversivelmente o modo de vida que os homens haviam mantido por milhares de anos.

Essas mudanças levaram os pensadores da sociedade da época a indagações e à elaboração de teorias explicativas dessa dinâmica social, sob



diferentes olhares e posicionamentos políticos. Desde então, essa tem sido a principal preocupação dessa ciência, qual seja, entender, explicar e questionar os mecanismos de produção, organização, domínio, controle e poder, institucionalizados ou não, que resultam em relações sociais de maior ou menor exploração ou igualdade.

Os processos culturais, no contexto das sociedades capitalistas, fazem com que se fortaleça a concepção de que a ciência é a fonte de toda e qualquer explicação para o estar no mundo. Desse momento em diante, disseminou-se a ideia de que a vida moderna só poderia ser entendida sob a ótica da ciência, melhor dizendo, sob a ótica dos métodos científicos e, nesse processo, a educação também vai sofrer transformações, já que passa a refletir valores que têm a ciência como base, deixando então de refletir valores religiosos presentes no contexto da sociedade feudal. (NERY, 2008, p.16).

Tais mudanças impulsionaram estudiosos como Augusto Comte (1798-1857) considerado o Pai da Sociologia a dedicar-se ao estudo da sociedade, porém, sua teoria não é exatamente a Sociologia que conhecemos hoje, pois a nova teoria criada por Comte (Positivismo) teria como objetivo principal ensinar os indivíduos a aceitarem a ordem existente (subordinação) sem nada questionarem (MASKENAS, 2003). Comte passa a difundir a ideia de que a ciência positivista era a fonte que possibilitaria a resolução dos problemas da humanidade, domesticando os sujeitos a se adaptarem a nova ordem social, sem que houvesse a possibilidade de questionamentos que viessem a contrariar a ordem estabelecida.

Este pensador Frances lutava para que, em todos os ramos de estudos, se obedecesse à preocupação da máxima objetividade. Em sua classificação das ciências, colocou a matemática na base e, no ápice, os esforços de compreensão de tudo o que se referia ao homem, principalmente as relações entre eles. (LAKATOS, 1990, p.42).

Com base nas ideias positivistas, Émile Durkheim (1858-1917), outro pensador ilustre do campo das Ciências Sociais, em sua teoria passou a divulgar a compreensão de Sociologia como sendo a ciência que estuda o comportamento humano do ponto de vista coletivo, visando produzir conhecimentos mais específicos sobre os diferentes grupos que compõem as sociedades tais como família, igrejas, classes sociais, dando-lhe um caráter mais autônomo, desvinculando-a do pensamento exclusivamente positivista (Racional). Para ele, a sociedade era um

organismo vivo e dinâmico. Durkheim defendia dois princípios básicos para explicar a vida em sociedade – consciência coletiva e solidariedade mecânica e orgânica.

Por consciência coletiva entende-se a soma de crenças e sentimentos comuns a media dos membros da comunidade, formando um sistema autônomo, isto é, uma realidade distinta que persiste no tempo e une as gerações. A consciência coletiva envolve quase que completamente a mentalidade e a moralidade do indivíduo: o homem "primitivo" pensa, sente e age conforme determina ou prescreve o grupo a que pertence. Durkheim acusa a existência, em cada indivíduo, de duas consciências, a coletiva e a individual; a primeira, predominante, compartilhada com o grupo; a segunda, peculiar ao indivíduo. Nas sociedades "primitivas", a consciência coletiva subjuga a individual, e as sanções aplicadas ao indivíduo, que foge as normas de conduta do grupo, são extremamente severas. (LAKATOS, 1990, p.45).

Grosso modo, Durkheim já defendia o pressuposto de que a sociedade não poderia ser considerada como um organismo imutável, mas sim como um organismo vivo, dinâmico e complexo que se transformava cotidianamente. Para explicar suas ideias, formulou o conceito de fatos sociais princípio norteador do estudo, análise e reflexão das condutas, regras e normas (leis) coletivas que orientam a vida humana numa dada sociedade (MESKENAS, 2003).

Giddens (2005, p.29) pontua que “Durkheim acreditava que precisamos estudar a vida social com mais objetividade com que os cientistas estudam o mundo natural. Seu principal princípio era estude fatos sociais como coisas.”

Durkheim se distinguiu dos demais positivistas porque suas ideias transcenderam o nível da reflexão filosófica e passaram a constituir um conjunto sistemático de pressupostos teóricos e metodológicos sobre toda a sociedade. Foi ele quem realmente abandonou a especulação dos positivistas e apresentou a Sociologia como uma ciência rigorosa, centrada na verificação de fatos que poderiam ser observados, mensurados e relacionados mediante dados coletados pelos cientistas. (GIL, 2005, p.19).

Conforme o capitalismo firmou-se como um sistema político-econômico mundial, a vida em sociedade tornou-se mais complexa, o sociólogo Karl Marx (1818-1883) divulgou novos estudos sobre a sociedade, analisando os conflitos e as contradições sociais resultantes da divisão social do trabalho. Marx apregoava a ideia de que a sociedade precisava se tornar mais igualitária e coloca em prática sua teoria materialista, na qual as contradições sociais eram entendidas como consequência direta do avanço do capitalismo monopolista, o qual limitava a ação coletiva dos indivíduos, agora separados em classes distintas e antagônicas – proletariado e elite dominante (MESKENAS, 2003).

Tomazi (2000, p.21) alega que Marx considerava que não se pode pensar a relação indivíduo-sociedade isolada das condições materiais em que as relações sociais acontecem. Para sobreviver, os indivíduos transformavam a natureza, com o capitalismo não só a natureza era transformada, mas sim a vida como um todo. Para ele, todo estudo social devia partir das relações sociais, de suas contradições, pois sem isso, nenhum cientista era capaz de entender em profundidade as particularidades das relações sociais.

Ou seja, as pessoas transformavam a natureza e subsequentemente, eram transformadas pelas relações estabelecidas com o mundo do trabalho e com seus pares tanto no âmbito da vida privada quanto no âmbito da vida pública que acontecia na coletividade das relações sociais.

Gomes (1994, p.46) descreve o trabalho de Marx em três pontos que se interrelacionam no âmbito de uma compreensão geral das relações sociais:

- os fatores econômicos determinam a estrutura social e a mudança social, ou seja, a organização social se sustenta em três fundamentos: as forças materiais de produção, com que o homem assegura sua subsistência a partir dos métodos; as relações de produção (relações e direitos de propriedade); as superestruturas legais e políticas, além das ideias e formas de consciência social;
- a história é a história da luta de classes sociais, que se caracteriza pela oposição das classes, com base em sua posição econômica e interesses divergentes. “A história segue, pois, um movimento dialético, de oposição de classes”;
- a cultura das sociedades de classe se caracteriza pela ideologia: as ideias estão intimamente condicionadas pelo modo de produção.

Influenciado pelas ideias de Marx, o também alemão Max Weber (1864-1920) dedicou-se ao estudo das relações sociais, conceituando a Sociologia como a ciência que estuda as interações mais significativas entre os sujeitos, sendo seu objetivo principal proporcionar a compreensão da conduta social, ideia que o levou a formular a concepção de ação social como a conduta humana na esfera pública ou não, em que cada indivíduo atribui um significado subjetivo a sua ação e dos demais membros que compõem a sociedade ((MESKENAS, 2003).

Weber caracterizou a conduta humana em quatro categorias:

- a conduta tradicional, relativa às antigas tradições;
- a conduta emocional, reações ao habitual ou comportamento dos outros, expressando-se em termos de lealdade ou antagonismo;
- a conduta valorizadora, agindo de acordo com o que os outros indivíduos esperam de nós;

- a conduta racional-objetiva, que consiste em agir segundo um plano concebido em relação à conduta que se espera dos demais. (LAKATOS, 1990, p.51).

Grosso modo, os estudos de Weber mostraram que o ser humano apresenta distintas condutas ultrapassando as concepções arcaicas fundamentadas no pragmatismo linear do homem ideal, pois todo ser humano é formado com base em distintas condutas, por isso mesmo, para entender seu comportamento é necessário entendê-lo integralmente como um indivíduo que vive numa determinada cultura e desta absorve os valores que irão determinar distintos comportamentos nos sujeitos.

Em fim, os estudos dos autores aqui destacados foram fundamentais para explicar a conduta de cada indivíduo na sociedade. Estes estudos possibilitaram compreender que as pessoas por serem sujeitos individuais e marcados por uma subjetividade pessoal para corresponder as exigências da sociedade precisavam ser entendidas completamente, pois o seu agir em sociedade estava e continua sendo condicionado pelos fatores políticos, econômicos e culturais. O homem precisava ser estudado em seu habitat social, agora não mais pelos dogmas da Igreja Católica, mas sim pelos métodos e técnicas das ciências que estavam produzindo uma nova conscientização em torno da natureza humana e em especial, das relações em sociedade.

Fatos que antes da divulgação destes estudos não eram levados em consideração, a sociedade esperava que todo indivíduo apresentasse o comportamento considerado ideal, mas sem levar em consideração os fatos sociais que produzem mudanças nos comportamentos, que levam os homens a agirem de forma diferenciada na sociedade em que se encontram inseridos.

### **3 A SOCIOLOGIA E O NOVO PARADIGMA EDUCATIVO DO BRASIL: Entre retrocesso e avanços**

Nesta parte do estudo, detemos a atenção na Sociologia, com a pretensão de mostrar sua importância no processo de formação do aluno do Ensino Médio. Tecemos algumas reflexões em torno do novo paradigma educativo que tem gerado transformações na escola e na prática docente.

À medida que a Educação Brasileira avançou em seu processo de construção de uma práxis educativa de qualidade, novas mudanças foram sendo consolidadas no trabalho docente, Sobre as inovações que a Sociologia vem conquistando após o advento da LDBEN (Lei nº 9.394/96) Silva (2010, p.31) tece a seguinte argumentação:

No dia 7 de julho de 2006, a Câmara de Educação Básica aprovou por unanimidade o Parecer 38/2006 que alterou as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, tornando a Filosofia e a Sociologia disciplinas obrigatórias. A Resolução nº 4, de 16 de agosto de 2006, alterou o artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 3/98, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, incluindo a Filosofia e a Sociologia como disciplinas curriculares obrigatórias. Ainda em 2006, foram publicadas as Orientações Curriculares para o Ensino Médio de Sociologia, aperfeiçoando o texto publicado em 2004.

Tais alterações foram muito importantes para reafirmar a relevância que a Sociologia exerce no contexto de formação integral dos sujeitos à medida que seu campo de conhecimentos deve ser trabalhado numa perspectiva de currículo multicultural para que seja possível dotar os indivíduos de competências e habilidades na área da Ciência Política, da Economia, da Diversidade, Pluralidade Cultural atrelado aos conhecimentos históricos e humanísticos que marcam a sociedade brasileira. Noutro entendimento, no geral, atualmente a disciplina tem como objetivo principal formar as gerações desvinculadas da ideologia dominante, habilitados tanto para o mundo do trabalho quanto para a vida em sociedade com criticidade, consciente das diferenças sociais, políticas, estratificação social, diferenças econômicas e culturais que marcam a sociedade brasileira.

Já em 2009, “O CNE regulamentou a implantação da Filosofia e Sociologia nas três séries do Ensino Médio através da Resolução nº 1, de 15 de maio de 2009, ordenando que se conclua a efetivação dessa medida até 2011.” (SILVA, 2010, p.32). Mais uma vez, reitera-se sua relevância uma vez que a orientação geral passa

a ser de que essas disciplinas se fizessem presentes no Ensino Médio (1º ao 3º ano), bem como nas Licenciaturas por serem disciplinas fundamentais para a produção do espírito de criticidade e criatividade, bem como para a emancipação intelectual dos indivíduos.

Todavia, apesar de a Sociologia ter sido sempre uma ciência considerada no contexto internacional como sendo uma disciplina fundamental para a formação integral dos sujeitos, no Brasil essa conscientização tornou-se mais efetiva na década de 2000, mas especificamente com a Lei de nº 11.684/2008, uma vez que está reintroduziu a obrigatoriedade da disciplina de Sociologia no Ensino Médio, ampliando um cenário que vinha sendo consolidado desde os anos de 1990, protagonizando o desenvolvimento de pesquisas, seguida de uma relevante expansão das Licenciaturas em Ciências Sociais que culminaram no aumento cada vez mais significativo de pesquisas realizadas na modalidade de pós-graduação (SILVA, 2010: HANDFAS 2011 citados por OLIVEIRA, 2014, p.1020).

O reconhecimento oficial da Sociologia como disciplina indispensável à formação dos alunos foi muito importante, especialmente se levarmos em consideração que a mesma enfrentou muitas adversidades até chegar ao sancionamento da Lei de nº 11.684/2008. Adversidades que acompanharam as mudanças das políticas públicas de educação é que tem uma tradição histórica como, por exemplo, a Reforma Capanema (1942) que retirou a disciplina dos Cursos Secundários deixando-a apenas na grade curricular do Curso Normal. Inobstante, as reformas educacionais ocorridas durante o período da Ditadura Militar (1964) estabelecidas com a LDB de nº 5.692/71 preconizou como objetivo geral do ensino a profissionalização, formação moral e cívica, momento em que de Sociologia foi substituída pelas disciplinas de “Educação Moral e Cívica” e “Organização Social e Política” (MORAES, 2007 apud OLIVEIRA, 2014, p.1022).

Noutro entendimento, o objetivo passou a ser inculcar nos educandos o culto à pátria, seus valores, costumes e em alguns casos, a obediência às leis estabelecidas, por meio das disciplinas de Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política.

As disciplinas relacionadas com a formação cívica tornaram-se instrumentos prioritariamente dedicados à consecução da homogeneização social. A implantação dessa disciplina [...] significou a imposição de um discurso essencialista, antimoderno, compatível com a concepção de uma sociedade

naturalizada e sem fissuras, uma sociedade harmoniosa e composta por sujeitos que sabiam amar a pátria e eram socialmente adequados ao contexto no qual se inseriam. (KAUFMANN; MARTINS, 2009, p. 247)

Vê-se claramente que a substituição da Sociologia pelas disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política foi uma estratégia pensada para domesticar os estudantes, inculcá-los nos modelos da ideologia dominante orquestra pelo Regime Militar.

Todavia, apesar desse período malogrado que a disciplina atravessou, na contemporaneidade, a segunda versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) lançada em 2016, matriz curricular fundamentada numa proposta a formação global dos sujeitos manteve o ensino da Sociologia enfatizando que:

A principal tarefa da Sociologia, no Ensino Médio, é a de fazer com que esta ciência sirva como poderosa e insubstituível ferramenta para o desenvolvimento da reflexividade social, cultural e política dos/das estudantes, abrindo espaço para que eles/as próprios/as formulem novas perguntas a realidade em que vivem e ao tempo presente, e com isso também se disponham a perceber a complexidade dos fenômenos sociológicos e suas possibilidades de interpretação, tomando as diversas teorias como fundantes dessa ciência, mas sem torná-las objeto isolado do ensino. (BRASIL, 2016, p.165).

A BNCC (Brasil, 2016, p.165) acrescenta ainda que:

A Sociologia funcionar como ponte entre a vida escolar e a vida fora da escola, e a sua condição de ciência voltada para a reflexão sobre a vida em coletividade, que problematiza os efeitos da desigualdade social e a potencialidade da diversidade sociocultural, ambos fenômenos muito presentes na vida brasileira.

Como bem já alertava Durkheim a educação é essencial para transformar o ser humano de egoísta num sujeito socialmente ajustado, mas essa transformação infelizmente é atrelada aos interesses da classe elitista repassados para a humanidade através da ideologia dominante (GIDDENS, 2005). Noutro entendimento, já alertava que a educação idealizada pela classe dominante é hegemônica e não é a ideal para todos, uma vez que privilegia os interesses do capitalismo monopolista em detrimento da satisfação dos interesses gerais da sociedade.

A educação é uma prática social que exerce influência em todos os ramos da vida em sociedade, por isso mesmo, a Sociologia torna-se indispensável na formação escolar uma vez que essa ciência trabalha temas científicos, bem como

temas de interesse da sociedade que os jovens precisam aprender para conseguir entender a multiplicidade de fatores e fatos sociais.

A BNCC nos conduz a compreensão de que:

[...] sua práxis demanda que se articulem teorias, conceitos, métodos e técnicas de pesquisa a serviço da produção de conhecimento científico sobre um determinado aspecto da realidade; mas também o de fazer da pesquisa um suporte para o estímulo a formulação de debates e questionamentos acerca do fenômeno estudado, contribuindo por essa via para o desenvolvimento da reflexividade social, cultural e política do/da estudante. (BRASIL/BNCC, 2016, p.165).

Logo, fica claro que o ensino da sociologia por ter um caráter interdisciplinar contribui com a formação global do aluno, elevando sua capacidade de conhecer e elaborar hipóteses em torno dos conhecimentos científicos trabalhados pela escola quanto conhecimentos e fatos sociais que influenciam a vida em sociedade.

Em síntese, a BNCC defende sua permanência na grade curricular oficial porque a mesma tem papel de destaque tanto na formação docente quanto na formação dos discentes já que trabalha temas de importante relevância social e que fazem parte do cotidiano dos indivíduos.

Desse momento em diante, inicia-se uma profunda evolução do pensamento pedagógico brasileiro em torno da Sociologia, a ênfase que deve passar a nortear o currículo torna-se multidimensional, despontando nos educadores a conscientização de que a questão central não é mudar drasticamente a realidade presente nas salas de aula, mas sim, ampliar a ação pedagógica para além da mera transmissão de conteúdos, visando dotar os alunos de inúmeras competências e habilidades cognitivas e socioemocionais.

Essa é uma das principais funções que a Sociologia, melhor dizendo, os educadores precisam se tornar capazes de concretizar, pois no mundo moderno as evoluções ocorrem de forma vertiginosa e para que os alunos consigam acompanhar essa evolução, temos que realizar uma reforma programática, tanto no que diz respeito ao ato de aprender quanto ao ato de ensinar que atualmente deve acontecer pela via da ação-reflexão-ação que nossos educandos possam se tornarem os protagonistas do processo de aprender a aprender.

Educar na contemporaneidade exige que os alunos sejam coparticipantes de todo o trabalho educativo, debatendo temas interessantes que influenciam e estão presentes na vida cotidiana dos estudantes. Dialogando com professores e colegas



com base na reflexão das mudanças resultantes das grandes transformações sociais que temos presenciado nas últimas décadas.

### **3.1 O ENSINO DA SOCIOLOGIA NO SÉCULO XXI**

Como temos discutido, as mudanças provocadas pelo advento do Capitalismo transformaram a realidade social de indivíduos e grupos e nessa nova conjuntura, as instituições também se modificaram para se adaptar a nova sociedade que se formava. Tratando-se da escola, seus fundamentos foram reformulados, o ensino tornou-se mais eclético e científico, abandonando os ranços religiosos que impregnava a escola desde o Feudalismo (RODRIGUES, 2000).

Vários sociólogos demonstraram em seus estudos uma séria preocupação com o trabalho desenvolvido pela escola no contexto de formação dos sujeitos. Em seus estudos, Durkheim alegava que à escola cabia o papel de educar os indivíduos para aprender as regras sociais necessárias à organização da vida social, defendia que os educadores poderiam provocar mudanças na educação e, por conseguinte na sociedade uma vez que entendia a educação como sendo:

A ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social. O objeto da educação faz nascer e desenvolver na criança certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine. (Durkheim 1975 citado por GOMES, 1994, p.32).

Uma leitura crítica do acima exposto mostra-nos que o pensamento de Durkheim sobre a educação era passivo, por não ter levado em consideração as contradições provocadas pela sociedade política, que a sociedade é composta por grupos em conflitos, que os indivíduos precisam se socializar para desempenhar vários papéis que são trabalhados, melhor dizendo, que devem ser trabalhados pela escola. Outro ponto negativo em sua teoria foi ter considerado que a função básica da escola era transmitir os valores morais, mas sem ter tido um olhar mais apurado para a subjetividade humana e as condições em que os indivíduos são submetidos a viver (GOMES, 1994).

Por sua vez, Marx concebeu a educação como desigual, pois estando a escola submetida aos ditames do capital, tornava-se reprodutora das desigualdades sociais, especialmente quando formava a classe proletariada para satisfazer os

interesses dos detentores do capital e a classe elitista para continuar como detentora do poder (MESKENAS, 2003).

Tomando como base a sociedade capitalista, Marx analisou criticamente a educação de seu tempo e alertou que o conhecimento era uma fonte do poder que domesticava os indivíduos, para ele a escola treinava corpo e mente para que fosse possível adequar os sujeitos ao exercício de tarefas do mundo do trabalho, pragmatismo que de certa forma permanece operante, pois a preocupação maior da escola pública continua sendo a de preparar os cidadãos para o exercício de uma atividade laboral ao invés de dotá-los de uma consciência crítica em torno da sua vida em sociedade (GOMES, 1994).

Tais estudos fizeram a sociedade compreender que as relações entre os seres humanos, constituem a base da sociedade. Para o campo pedagógico esses estudos foram fundamentais para transformar a escola pública, a partir do século XXI, o ensino da Sociologia passa a ter como finalidade proporcionar na escola melhores interações entre os indivíduos tomando como base a democracia, rompendo com a tecnocracia herdada da fase da Ditadura Militar, pressuposto fundamentado pela Constituição Federal de 1988.

Por conseguinte, na década de 1990, a partir da homologação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN de nº 9.394/96) emergiu uma nova concepção de currículo, de escola, de educação e principalmente, do papel que o docente necessita desempenhar para tornar o aluno o centro do ensino. Dessa forma, a escola como um todo necessita rever constantemente suas formas de transmitir o conhecimento, pois como espaço de formação das novas gerações, seu papel social é muito relevante, haja vista que a sociedade espera que a escola dote os indivíduos de todos os conhecimentos necessários para sua formação cidadã.

Para o campo da Sociologia, ao invés de um ensino pragmático surge o pensamento do ensino globalizante em que tanto os conhecimentos científicos quanto os da vida em sociedade passam a ser debatidos e questionados para que seja possível formar o indivíduo dotado de uma consciência crítica e reflexiva (MESKENAS, 2003). Noutras palavras, busca-se estabelecer na prática educativa uma relação dialética com os fatores macroestruturais que fazem parte da vida em sociedade.

Nessa nova conjuntura educativa, a Sociologia traz à tona a compreensão de que é necessário pensar a socialização como um processo multifacetado que deve levar em consideração tanto a identidade do sujeito quanto a relação que este estabelece com a cultura, com a política, suas experiências pessoais e coletivas, dentre outras coisas (RODRIGUES, 2000).

Como bem pontua Giddens (2005, p.21) o ensino de Sociologia deve ajudar os indivíduos a: “Aprender a pensar sociologicamente – olhando – em outras palavras, de forma mais ampla – significa cultivar a imaginação. Estudar sociologia não pode ser apenas um processo rotineiro.”. A escola precisa ser capaz de elevar a criatividade e criticidade das futuras gerações, numa sociedade altamente globalizada, individualista, consumista e excludente, não deve haver espaços para práticas escolares estanques de significado social.

Quando a escola não dá a seus alunos a oportunidade de se reconhecerem como cidadãos de direitos, reforça a exclusão social à medida que o aluno, especialmente o da classe menos favorecida, apesar de estar na escola, por não ter as mesmas oportunidades de aprendizagem destinadas aos alunos da classe elitista que frequenta as escolas privadas, não se sente incluído na sociedade por não ter conseguido desenvolver as competências tão exigidas pela atual sociedade.

Todo educador precisa ser consciente de que “a aprendizagem é um processo que sintetiza fenômenos que ocorrem em nível cognitivo e emocional em um indivíduo, como também social.” (CASASSUS, 2007, p. 30).

A Sociologia Geral e a Sociologia da Educação têm como uma de suas principais atribuições promover a conscientização de que o principal papel que a escola pública deve ser capaz de cumprir é garantir que todos, independente de origem, classe, condição social ou capacidade cognitiva tenha o direito de adquirir conhecimentos e competências indispensáveis à sua formação cidadã.

Certamente a escola não tem o poder de reparar o quadro de desigualdades sociais que marca a sociedade brasileira, contudo, as maiores chances de ascensão social para o menos favorecidos dependem do compromisso político e social assumido pelos docentes que compõem o universo escolar (CASASSUS, 2007).

O professor por mais capaz que seja não tem o poder de resolver tudo, mas por meio da sua prática educativa pode ajudar o aluno a descobrir seu potencial como ser social que pode exercer influência na sociedade, nesta sendo reconhecido.

### **3.2 PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE SOCIOLOGIA: A dicotomia entre o previsto oficialmente e o concretizado nas escolas**

Antes de adentrarmos no tema principal deste estudo que será analisar como ocorre o ensino de Sociologia lecionado por professores de Geografia, far-se-á uma breve reflexão em torno da formação dos professores de Sociologia tendo como objetivo central identificar suas principais atribuições no contexto da formação global do aluno do Ensino Médio.

O ato de educar em qualquer sociedade é fundamental para dar aos indivíduos a capacidade de crescer em conhecimentos e de assumir sua função social. Como discutimos em outro momento deste estudo, a implementação da ação educativa no Brasil foi fortemente marcada pela presença dos padres jesuítas, entretanto com o progresso do país alcançado a partir do século XIX e das grandes conquistas políticas, sociais e culturais desencadeadas nas últimas décadas de nosso século, surgem novas exigências para o ensinar e aprender, houve o reconhecimento de que o ensino repassado nas escolas deve ser de qualidade e capaz de atender tanto os interesses dos alunos quanto os interesses da sociedade pós-moderna.

Luckesi (1994, p.115) ao discutir os princípios que embasam a função docente nos convida a refletir que:

Na práxis pedagógica, o educador é aquele que, tendo adquirido o nível de cultura necessário para o desempenho de sua atividade, dá direção ao ensino e à aprendizagem. Ele assume o papel de mediador entre a cultura elaborada, acumulada e em processo de acumulação pela humanidade, e o educando. O professor fará a mediação entre o coletivo da sociedade (os resultados da cultura) e o individual do aluno. Ele exerce o papel de um dos mediadores sociais entre o universal da sociedade e o particular do educando.

No caso do ensino de Sociologia, este profissional deve ser capaz de estimular no aluno a capacidade de refletir com criticidade sobre tudo o que o rodeia e interfere na dinâmica social para que este indivíduo ao finalizar os anos que compõem o Ensino Médio tenha conseguido elevar seu potencial de desenvolvimento humano. Para tanto, o docente de Sociologia precisa ultrapassar suas atribuições profissionais visando formar integralmente os estudantes.

O inciso primeiro do Art. 32 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, nº 9.394/96) afirma que toda pessoa – crianças, adolescentes ou adultos – deve se beneficiar de uma formação concebida para responder às suas necessidades educativas fundamentais. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos de aprendizagem essenciais (leitura, escrita, expressão oral, cálculo, resolução de problemas) como conteúdos educativos (conceitos, atitudes, valores), bem como a formação da cidadania nos alunos para que estes consigam se tornar protagonistas de suas histórias de vida, indivíduos criativos, autônomos e reflexivos.

Quanto ao papel que o educador deve desempenhar na modernidade, existe um debate constante no universo acadêmico cujo consenso principal é que é independente do contexto escolar, da condição social do aluno e de muitas outras questões que atravessam o trabalho pedagógico, como bem pontua Libâneo (2000, p.30-31), o educador, para corresponder às atuais exigências educativas precisa:

Conhecer estratégias do ensinar a pensar e ensinar o aprender a aprender - pode-se aprender a aprender de muitas maneiras, inclusive mediante o ensino, utilizando-se estratégias que conduzam a estruturação de funções e recursos cognitivos, afetivos ou psicomotores. Assim sendo, ensinar a pensar exige dos professores o domínio e conhecimento de estratégias de ensino e o desenvolvimento de suas próprias competências do pensar.

Embora no Brasil, por muito tempo a atividade docente tenha estado presa aos pressupostos de desenvolvimento da nação, existe hoje o reconhecimento de que os sujeitos não podem ser simplesmente formados para atender essa necessidade, os alunos necessitam também adquirir conhecimentos não formais, isto é, não contemplados na grade curricular oficial tais como: compreensão de valores, desconstrução da exclusão social, dentre outros temas que são imprescindíveis para vida em sociedade, para a construção do diálogo, o questionamento em torno das políticas governamentais, para entenderem o que provoca a desigualdade social, dentre outros temas que fazem parte do universo juvenil, mas que são pouco estudados e debatidos nas escolas públicas, principalmente quando o professor de Geografia é o responsável pelo ensino de Sociologia.

A dobra de disciplinas tem sido comuns nas escolas, embora seja importante para a sobrevivência dos professores, com isso, estes profissionais aumentam a

carga de atribuições a desempenhar nas escolas e podem correr o risco de não conseguir proporcionar uma aprendizagem integral de ambas as disciplinas.

Como bem adverte Alonso (2003, p.16):

O professor necessita de muito mais do que a intuição para proceder à reflexão sobre a sua prática: ele precisa estar preocupado com o aluno mais do que com o conhecimento a ser transmitido, com as suas reações frente a esse conhecimento, com os seus propósitos em termos de ensino e aprendizagem e estar consciente de sua responsabilidade nesse processo. A par disso, o professor terá de se colocar em uma posição de pesquisador (deixando de lado a sua participação como ator do processo), que busca compreender e analisar os fenômenos que observa, com o objetivo de encontrar não só respostas às perguntas que ele se faz e possíveis encaminhamentos, como também soluções para as dificuldades constatadas.

Levando em consideração que muitos jovens apesar de serem certificados com o Ensino Médio não conseguiram dominar as habilidades que podem fazer a diferença em suas vidas, espera-se que os educadores modifiquem suas formas de ensinar, ultrapassando os pressupostos deixados pela Pedagogia Tradicional, uma vez que as técnicas da mesma mostram-se obsoletas para os alunos da pós-modernidade, cuja marca principal é estarem imerso na cultura digital, num mundo altamente globalizado e marcado por grandes inovações em todos os campos da convivência humana.

De forma simplificada, podemos dizer que o educador precisa desenvolver a capacidade de se autoavaliar, de se autocriticar, de ser capaz de renovar sua ação docente de forma autônoma, identificando “onde” e “como” se concentram suas falhas de ensino, precisa estabelecer internamente um rompimento com os pressupostos arcaicos e ultrapassados que absorveu durante a graduação, mas que hoje já não produzem êxito em sua ação docente, por serem estes ineficazes para corresponder as atuais exigências na área da formação global do aluno.

Ao mudar sua concepção sobre e práxis educativa, o docente redimensiona seu campo pedagógico de ação. A partir dessa mudança, o educador deve buscar conciliar às necessidades de aprendizagem do aluno as exigências sociais e ao mesmo tempo, adquirir um melhor preparo teórico e metodológico, que influencie diretamente a construção de procedimentos pedagógicos mais eficazes ao trabalho que precisa desenvolver no ensino da Sociologia.

Toda a educação não pode ser mais entendida apenas como ocasião para a reprodução de respostas prontas, ela precisa ser compreendida sob uma nova perspectiva, como um momento de construção de novas respostas para perguntas antigas, para a reformulação do pensamento abstrato. Certamente nenhum ensino pode estabelecer atividades que garantam a conquista do êxito desejado, mas se o ensino ocorrer pela busca da flexibilidade, da transformação do aluno no principal protagonista de seu processo de aprendizagem, os resultados alcançados podem superar as expectativas, podem produzir as mudanças tão necessárias a educação brasileira e até mesmo melhorar a qualidade do ensino público.

Não é recente aliar a qualidade da educação aos seus profissionais. Entende-se que um ensino de qualidade sempre esteve ligado à formação profissional, daí a constante preocupação com a formação docente. É normal ouvir afirmações como “os alunos não são mais os mesmos”; tal constatação exige a compreensão de que se os alunos não são mais os mesmos com certeza não poderiam ser, pois já não se pode mais ministrar aulas como se fazia em outros tempos. (RANKEL; STAHLSCHEIDT, 2009, p.71).

Não basta apenas saber “o que ensinar” é preciso também renovar o “como ensinar”, que hoje não pode mais ocorrer pela via da decoreba, da memorização, pois como bem sabemos, os resultados dessa fragmentação linear e pragmática da ação docente é produzir sujeitos que sabem ler, mas não entendem o que leem, isto é, não conseguem captar a mensagem de um texto, fazem uma leitura superficial sem nenhuma correlação com os aspectos implícitos que há no texto, não conseguem debater a política, a economia, a desigualdade social e assim acabam se conformando com as injustiças sociais.

Enquanto na Pedagogia Tradicional o foco era a transmissão do conhecimento, na Pedagogia Moderna, o foco passou a ser, o aluno, melhor dizendo, a otimização do seu processo de desenvolvimento da aprendizagem. Dessa forma, tudo o que é pensado, planejado e fomentado nas Políticas Públicas de Educação e em especial, na formação docente, deve ser capaz fazer florescer o desenvolvimento das habilidades e competências no aluno. Assim, um dos maiores desafios que o educador tem a enfrentar é mobilizar o aluno para o aprender a aprender com significado social, é estimular o seu interesse pessoal, por isso, todo o trabalho docente deve ser planejado em situações diversificadas de ensino. Situações que não sejam maçantes nem monótonas ou desinteressantes.

Para o aluno aprender a aprender, os educadores precisam estimular a sua curiosidade, seu interesse, mostrando-lhes que são dotados de muitas capacidades de aprender, de criticar, de dialogar e especialmente, de elaborar diferentes hipóteses sobre os conhecimentos trabalhados na escola (LIBÂNEO, 2000).

Além disso, diante das últimas transformações que a sociedade brasileira vem apresentando na política, economia, cultura, os indivíduos para serem capazes de corresponder as suas exigências precisam ser formados integralmente na escola (SANTOS, et al., 2013).

Assim a prática docente não pode ser mais homogênea. Cada aluno tem características bem distintas, ritmos de aprendizagem diferenciados, sem citar os que podem apresentar limitações relacionadas às dificuldades de aprendizagem. Essas peculiaridades não eram levadas em consideração há algumas décadas atrás, mas hoje fazem parte do nosso cotidiano, por isso não podem passar despercebidas, nem serem ignoradas.

Endossando o pensamento acima, Schmidt, Ribas e Carvalho (2003, p.25) destacam que:

A situação da escola não pode permanecer como se apresenta, tanto no aspecto estrutural ou organizacional, quanto no aspecto de conceber e tratar o conhecimento; é urgente que seja modificada. A vida hoje na escola, na sala de aula, tem de ser muito mais do que a transmissão de um conteúdo sistematizado do saber. Com certeza, deve incluir a aquisição de hábitos e habilidades e a formação de uma atitude correta frente ao próprio conhecimento, uma vez que o aluno deverá ser capaz de ampliá-lo e reconstruí-lo quando necessário, além de aplicá-lo em situações próprias do seu contexto de vida.

Temos na contemporaneidade uma sociedade que a cada dia se torna mais exigente e seletiva, uma sociedade que para incluir sujeitos em seus espaços exige que estes tenham desenvolvido várias habilidades. Assim, para que os sujeitos consigam exercer sua cidadania, a escola deve lhes fornecer os conhecimentos necessários para que possam ser incluídos na sociedade em condição de igualdade de oportunidades e de valorização social.

Sabe-se o quanto é importante para o ser humano participar de uma práxis educativa de qualidade, que vá de encontro as suas necessidades de aprendizagem, que seja eficaz, que promova seu desenvolvimento global e que contribua com a conquista da cidadania (LIBÂNEO, 2010).



Hoje todo o ensino precisa ser significativo, tanto para o aluno quanto para o professor, que antes de aplicar um conteúdo em sala de aula precisa refletir criticamente sobre o mesmo, questionando como tal conteúdo poderá se transformar em algo realmente significativo para a vida do aluno. A partir dessa reflexão o professor pode elaborar atividades que o aluno possa compreender com mais clareza, possa reorganizá-lo, reelaborá-lo e, posteriormente, utilizá-lo em sua vida prática, uma vez que,

a sociedade do conhecimento exige um novo perfil de educador. Sendo assim, o docente precisa estar comprometido com as transformações políticas e sociais, para tal, sua prática deverá estar revestida de significado, considerando a diversidade presente no contexto educacional, mas essencialmente buscando mobilizar saberes essenciais, a fim de que a informação possa transformar-se em conhecimento. (RANKEL; STAHLSCMIDT, 2009, p.81).

Todo o conhecimento trabalhado na escola, principalmente deve ser capaz de transformar o aluno num sujeito crítico, reflexivo, autônomo. Por isso, “O professor não pode ser um mero executor do currículo oficial e a educação já não é mais propriedade da escola, mas de toda a comunidade.” (GADOTTI, 2003, p.25). A educação é necessária em todos os espaços de interação social, apesar dos professores não terem o reconhecimento que merecem, não podemos ignorar que pais e responsáveis depositam em nós a esperança de que seus filhos ao saírem da escola tenham conseguido adquirir o saber que precisam para serem reconhecidos e valorizados socialmente.

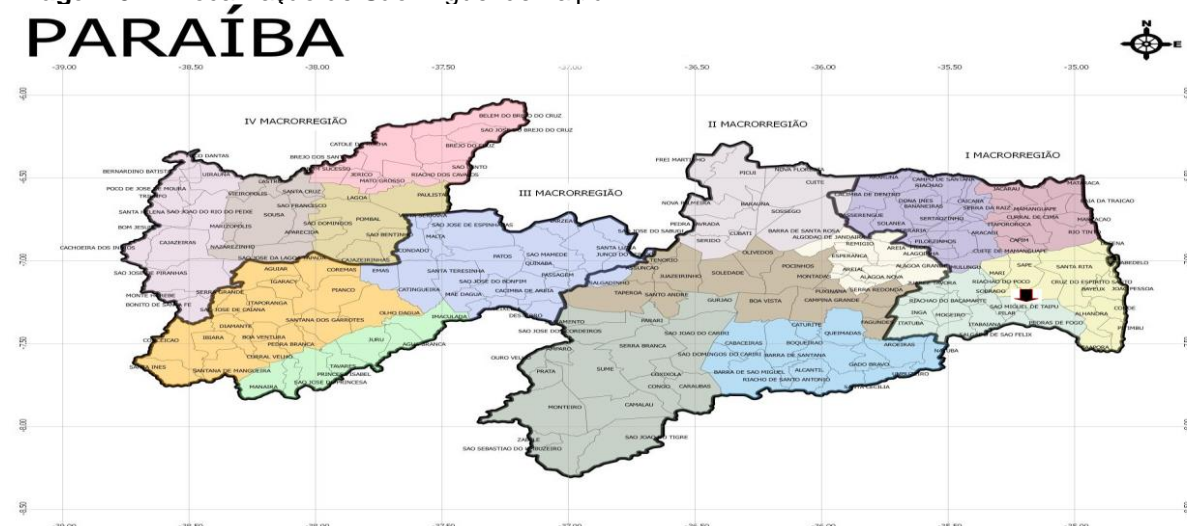
#### 4 O ENSINO DE SOCIOLOGIA NUMA ESCOLA NO INTERIOR DA PARAÍBA

Neste momento, concentramos nossa atenção no ponto chave deste estudo que foi compreender as formas de ensino-aprendizagem da sociologia numa escola da rede pública de ensino. Faremos a apresentação do campo de pesquisa, tecendo algumas reflexões a partir do processo de estágio que foi realizado no campo de pesquisa durante os anos de 2017 e 2018. Em seguida, expomos os resultados alcançados com as entrevistas com os 2 professores de sociologia que ministram a disciplina na escola entre os anos de 2017 e 2018 e com os 20 estudantes da terceira série do Ensino Médio.

De antemão, esclarecemos que a escolha por essa instituição em detrimento de outras que existem na cidade de São Miguel de Taipu, deu-se pelo fato de ter sido na mesma que a pesquisadora realizou seus estágios obrigatórios para conclusão da licenciatura em Ciências Sociais, bem como concluiu seus estudos de nível médio. Além disso, essa é a única escola que existe em São Miguel de Taipu que oferece o Ensino Médio.

A cidade de São Miguel de Taipu fica localizada na Região da Mata no Estado da Paraíba/PB. A mesma foi fundada em 22 de dezembro de 1961, apresentando em 2017, segundo dados do IBGE o total de 7.124 habitantes. Localizada a 55 km de distância da capital João Pessoa. A maioria da sua população vive da agricultura familiar, uma vez que a cidade não conta com um desenvolvimento industrial ou comercial expressivo.

Imagem 01 – Localização de São Miguel de Taipu.



Fonte: [www.wilkepedia.com.br](http://www.wilkepedia.com.br)

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Maria Lins está localizada na Avenida Emilia Augusta, nº 25 no Centro da Cidade de São Miguel de Taipu, Estado da Paraíba. A escola foi criada pelo Decreto nº 8.964, em 12 de março de mil novecentos e oitenta e um (1981), por meio da portaria nº 767, Padrão A-3. E foi autorizada a funcionar em janeiro de mil novecentos e sessenta e sete (1967), para ministrar o Ensino Fundamental Anos Iniciais do 1º ao 4º ano. A partir de mil novecentos e noventa e quatro (1994), passa a vigorar a extensão de séries com turmas de 6º ao 8º ano no turno da noite, em dois mil (2000) essa modalidade de ensino foi estendida para o turno da tarde através da resolução SSE/94. No ano de 2002 ampliou-se com a oferta do Ensino Médio nos turnos manhã, tarde e noite

Atualmente, a Escola atende ao total de 510 alunos distribuídos nos três turnos. Pela manhã atua com o Ensino Fundamental Anos Iniciais (5º ano) e o Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º), no turno da tarde o Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º) e o Ensino Médio (1º ao 3º), no turno da noite a escola oferece apenas o Ensino Médio (1º ao 3º). Situada no Centro da cidade de São Miguel de Taipu, a escola tem como objetivo principal proporcionar a melhoria da qualidade de ensino e a valorização dos educadores e dos educandos. É com base nesse princípio que desenvolve o seu trabalho.

Seu quadro de funcionários é composto por 31 profissionais, sendo: 19 professores, 1 diretora, 1 secretária, 1 auxiliar de secretaria, 2 pessoas prestando apoio em informática, 3 merendeiras, 3 auxiliares de serviços gerais, 2 inspetores, 2 vigias e 2 porteiros.

Esta escola é composta por sete salas de aula amplas e com excelente acústica, mobiliadas com birô, bancas e carteiras, armário e quadro branco. Possui laboratório de informática com acesso a internet através de 10 computadores disponíveis aos estudantes. Dispõe de sala de professores conjugada a secretaria e diretoria. A escola disponibiliza acesso aos portadores de deficiências físicas, tendo rampas de acesso, e banheiros com acessibilidade para os mesmos. Os banheiros se encontram com suas estruturas em excelente estado e estão sempre limpos.

Conforme observado ao longo do estágio docente, sua gestão é democrática, os professores participam de suas decisões, os pais sempre são convidados para reuniões técnicas e administrativas para partilharem do trabalho escolar realizado com seus/suas filhos/as em sentido de interação com os profissionais da escola, fato que tem contribuído com seu reconhecimento na comunidade e o desenvolvimento

de um trabalho educativo diversificado e que procura atender as necessidades e interesses de seus educandos.

**Imagem 02** – Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Maria Lins



**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2018.

Aqui fazemos uma breve explanação da prática de estágio supervisionado desenvolvida na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Maria Lins, desenvolvido em abril do corrente ano, na sala do 3º ano do Ensino Médio.

Fui bem recepcionada pela gestora da escola, bem como pelos demais funcionários e alunos da classe em que estagiei. As aulas de Sociologia ocorrem apenas uma vez por semana das 14:00h as 14:45.

Suas aulas eram sempre tradicionais, faziam questionários na lousa e mandava os alunos procurarem as respostas no livro didático sem que houvesse momentos de debates e reflexões sobre os temas abordados. Noutro momento, uma aluna questionou o motivo dos conteúdos não serem trabalhados de maneira mais atrativa, contemplando debates, diálogos entre os alunos e o professor.

Durante a fase de realização do estágio curricular supervisionado, houve um número significativo de alunos que relataram sentir grande dificuldade para identificar se o conteúdo abordado nas aulas de Sociologia faz parte da grade curricular da disciplina ou se eram de Geografia. Sempre os alunos indagavam – A aula é de Sociologia ou Geografia. Observei que os conteúdos trabalhados sempre eram de Geografia, embora a disciplina que constava no horário fosse a Sociologia. Notei que o professor ignorava as falas dos alunos e prosseguia aplicando o

conteúdo quase sempre relacionado ao estudo das transformações espaciais demonstrando uma falta de ética para com os questionamentos dos alunos.

As dificuldades apresentadas pelos estudantes na identificação dos conteúdos de Sociologia nos conduzem à conclusão de que isso tem levado ao não desenvolvimento da criticidade que os alunos precisam construir e que fazem parte dos conteúdos definidos para o ensino de Sociologia no Ensino Médio, pois como bem nos lembra Gadotti (2003, p.74): “A educação não muda, mecanicamente, a sociedade, mas muda os seres humanos que podem mudar suas vidas e suas estruturas políticas, sociais e econômicas.”.

#### **4.1 O TRÂNSITO ENTRE AS DISCIPLINAS SOCIOLOGIA E GEOGRAFIA**

Neste momento, nossa reflexão será em torno do trânsito entre a disciplina de sociologia e geografia que tem sido comum nas escolas de Ensino Médio, basicamente a Sociologia está sendo lecionada por professores que não conseguem elevar o interesse do aluno pelas Ciências Sociais.

Conforme destacamos noutra parte deste estudo, a partir do sancionamento da Lei de nº 11.684/2008, a disciplina de Sociologia foi reintegrada a grade curricular do Ensino Médio, contudo, ainda existe muita incompreensão acerca da sua relevância no que diz respeito à formação da cidadania dos estudantes, fato que faz com que a mesma seja lecionada por profissionais com habilitação em outras licenciaturas.

Entretanto, o discurso oficial do Ministério da Educação (Brasil, 2006) preconiza e reconhece que:

A qualidade da escola é condição essencial de inclusão e democratização das oportunidades no Brasil, e o desafio de oferecer uma educação básica de qualidade para a inserção do aluno, o desenvolvimento do país e a consolidação da cidadania é tarefa de todos.

Conforme mostra a citação destacada, o MEC reconhece a relevância da Sociologia, mas as escolas colocam a disciplina para professores formados com formação em outras licenciaturas lecionar.

Tratando do trânsito que existe entre a disciplina de sociologia e geografia, embora existam conteúdos e conhecimentos similares abordados por essas

disciplinas, há também um hiato que tem sido tema presente nos debates da comunidade acadêmica, pois tal hiato tem provocado perdas na aprendizagem dos jovens que no futuro não tão distante sentirão a falta dessas habilidades para atuar com criticidade na sociedade, já que a principal função da disciplina é fornecer aos estudantes conhecimentos científicos sobre o mundo social.

Os Parâmetros Curriculares do Ensino Médio (Brasil, 2000) trazem uma revisão renovada do ensino de Geografia ao preconizar que:

No Ensino Fundamental, o papel da Geografia é “alfabetizar” o aluno espacialmente em suas diversas escalas e configurações, dando-lhe suficiente capacitação para manipular noções de paisagem, espaço, natureza, Estado e sociedade. No Ensino Médio, o aluno deve construir competências que permitam a análise do real, revelando as causas e efeitos, a intensidade, a heterogeneidade e o contexto espacial dos fenômenos que configuram cada sociedade. (BRASIL, 2000, p.30).

O documento orienta ainda que no Ensino Médio, a Geografia tem papel fundamental na ampliação dos conhecimentos dos estudantes, devendo atuar como um elo que leve os alunos a desenvolverem a autonomia necessária para os cidadãos do próximo milênio, especificamente no que diz respeito aos três princípios filosóficos presentes na grade curricular, estéticos, políticos e éticos, o PCN propõe que a disciplina seja trabalhada visando:

- orientar o seu olhar para os fenômenos ligados ao espaço, reconhecendo-os não apenas a partir da dicotomia sociedade-natureza, mas tomando-os como produto das relações que orientam seu cotidiano, definem seu “*locus espacial*” e o interligam a outros conjuntos espaciais;
  - reconhecer as contradições e os conflitos econômicos, sociais e culturais, o que permite comparar e avaliar qualidade de vida, hábitos, formas de utilização e/ou exploração de recursos e pessoas, em busca do respeito às diferenças e de uma organização social mais equânime;
  - tornar-se sujeito do processo ensino-aprendizagem para se descobrir convivendo em escala local, regional, nacional e global. A autonomia que a identidade do cidadão confere é necessária para expressar sua responsabilidade com o seu “lugar-mundo”, através de sua identidade territorial.
- Decorre daí a necessidade da disciplina transcender seus limites conceituais e buscar a interatividade com as outras ciências sem perder sua identidade e especificidade. (BRASIL, 2000, p.31)

Nessa mesma linha de raciocínio, as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (Brasil, 2006, p.43) tecem a seguinte argumentação:

A Geografia compõe o currículo do ensino fundamental e médio e deve preparar o aluno para: localizar, compreender e atuar no mundo complexo, problematizar a realidade, formular proposições, reconhecer as dinâmicas existentes no espaço geográfico, pensar e atuar criticamente em sua realidade tendo em vista a sua transformação.

A Geografia não é uma disciplina descritiva e empírica, em que os dados sobre a natureza, a economia e a população são apresentados a partir de uma seqüência linear, como se fossem produtos de uma ordem natural. Com as novas tecnologias de informação, com os avanços nas pesquisas científicas e com as transformações no território, o ensino de Geografia torna-se fundamental para a percepção do mundo atual. Os professores devem, portanto, refletir e repensar sua prática e vivências em sala de aula, com a mudança e a incorporação de novos temas no cotidiano escolar.

Silva e Barbosa (2008, 105) ao discutirem a atuação dos docentes de Geografia na atualidade afirmam que “constitui uma questão central, relevante na busca de uma educação geográfica que supere o simples ato de “passar conteúdos” desvinculados da realidade.”. Atrelando essa concepção ao ensino da Sociologia por estes docentes, os professores precisam contemplar o desenvolvimento de experiências educativas que promovam o debate acerca do mundo em que vivemos, distanciando de discursos pautados no senso comum, pois estes não são capazes de despertar a criatividade nem a criticidade nos alunos do Ensino Médio.

Conforme preconiza as orientações curriculares para o ensino médio (Brasil, 2006):

A Geografia deve articular-se de forma interdisciplinar com outras disciplinas, abordando questões contemporâneas, tais como crise econômica, globalização do sistema financeiro, poder do Estado e sua relação com a economia e as novas resultantes espaciais das desigualdades sociais, podem ser tratadas pela Geografia em diálogo com a Economia e a Sociologia. (BRASIL, 2006, p.32).

Num entendimento mais simplificado, o professor de Geografia também lecionando disciplina de Sociologia precisa abordar seus conteúdos de maneira interdisciplinar para que o aluno compreenda com maior criticidade os fatos, os fenômenos e as características de um mundo que se apresenta dinâmico e complexo, aliando os conhecimentos das disciplinas de forma significativa e interessante para o aluno.

Nesse sentido o professor tem papel importante no cotidiano escolar e é insubstituível no processo de ensino-aprendizagem, pois é o especialista do componente curricular, cabendo-lhe o estabelecimento de estratégias de aprendizagem que criem condições para que o aluno adquira a capacidade

para analisar sua realidade sob o ponto de vista geográfico, bem como do ponto sociológico. (BRASIL, 2006, p.46).

Todavia, para que essa articulação seja exitosa na escola, Cavalcanti (2002) alerta que o processo de formação dos professores deve proporcionar o desenvolvimento de uma competência crítico-reflexiva que seja capaz de lhes fornecer “meios de pensamento autônomo, que facilite sua autoformação e proporcione uma maior articulação entre a teoria e a prática.” (CAVALCANTI, 2002, p.21).

No caso específico do ensino de Sociologia o MEC tece a seguinte argumentação:

Com efeito, considera-se que um ensino eficaz, cujos objetivos de aprendizagem sejam alcançados, depende, inclusive, de práticas pedagógicas adequadas. Nesse contexto, é relevante pensar em práticas que propiciem a realização do trabalho com alunos do ensino médio e que estimulem o processo de aprendizagem. (BRASIL, 2006, p.48).

Noutro entendimento, as práticas educativas só podem ser consideradas de qualidades se contribuírem com a formação global dos alunos, pois vivemos numa sociedade que a cada dia se torna mais exigente em termos de escolarização.

## **4.2 PERFIL DOS PROFESSORES AVALIADOS NA PESQUISA DE CAMPO:**

### **Análise e discussão de resultados**

Aqui apresentamos a análise e discussão dos dados que foram alcançados com a realização do estudo de campo. A entrevista semi-estruturada foi composta pelo total de 25 (vinte e cinco) perguntas sendo 17 (dezessete) perguntas fechadas e 08 (oito) perguntas abertas.

No primeiro momento foram entrevistados dois educadores que lecionam a disciplina de sociologia e no segundo momento, entrevistamos o total de 20 (vinte) alunos do 3º ano da Escola campo de pesquisa, que aceitaram participar do estudo. Escolhemos a turma do 3º ano porque estes alunos desde o 1º ano tem tido contato com a disciplina, o que de certa lhes proporcionou algumas experiência de ensino e aprendizagem da Sociologia.



A apuração foi realizada de modo qualitativo. Nesse primeiro momento nossa atenção concentra-se em expor os resultados da pesquisa realizada com os professores, que serão identificados como Sujeito A e Sujeito B.

Os primeiros questionamentos feitos aos sujeitos entrevistados buscaram desvelar sua idade, sexo, etnia, estado civil, naturalidade, local de residência e com quem convivem.

**Questões de nº 1 a 7 – Idade, sexo, etnia, estado civil, naturalidade, local de residência e com quem convive.**

Identificação	Idade	Sexo	Etnia	Estado Civil	Naturalidade	Onde reside	Com quem reside
Sujeito A	67 anos	Masculino	Pardo	Casado	Brasileiro	Zona urbana	Companheira .
Sujeito B	38 anos	Masculino	Pardo	Casado	Brasileiro	Zona urbana	Companheira .

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2018.

De acordo com os dados acima expostos, o Sujeito A tem 67 (sessenta e sete anos) enquanto o Sujeito B tem 38 (trinta e oito) anos. Ambos são do sexo masculino, pardos e casados. São Brasileiros, residem na zona urbana com suas companheiras.

As questões seguintes tiveram como objetivo coletar dados referentes ao perfil socioeconômico dos entrevistados. Para tanto, indagamos: *Você se considera independente economicamente da família?* Ambos os entrevistados afirmaram que sim.

Depois questionamos: *Qual era a situação da casa onde residiam*, ambos responderam que sua casa é própria. Prosseguindo perguntamos: *Qual é sua renda mensal.*

O Sujeito A alegou ter uma renda de R\$ 5.700, enquanto o Sujeito B afirmou que recebe em torno de quatro salários mínimos. Em seguida perguntamos: *Você exerce alguma atividade remunerada?* Ambos responderam sim e para o questionamento: *Se Sim, qual atividade?* Ambos afirmaram serem funcionários públicos.

Sendo o Brasil um país marcado fortemente pela desigualdade social, os dados encontrados mostram que os entrevistados possuem uma boa condição financeira, um ponto que é bastante positivo quando levamos em consideração a baixa remuneração da categoria docente.

As perguntas a seguir concentraram-se em torno do processo de escolarização dos sujeitos entrevistados. Indagamos: *Como fez seus estudos do Ensino Fundamental?*

Tanto o Sujeito A quanto o Sujeito B responderam que estudaram em escolas da Rede Pública de Ensino. Em seguida indagamos: *Como fez seus estudos do Ensino Médio?* Ambos responderam que estudaram em Escolas da Rede Pública de Ensino. Prosseguindo indagamos: *Você lê, escreve ou fala alguma língua estrangeira?* O sujeito A respondeu que fala apenas o Português enquanto o Sujeito B fala, escreve e lê em Espanhol.

Como mostra as respostas, apenas o Sujeito B domina duas línguas, o que também consideramos ser importante, pois ser bilingue hoje representa ter maiores oportunidades de ascensão social e empregabilidade.

Para dar maior consistência ao estudo, e proporcionar a compreensão de que a formação escolar no Brasil tem mostrado avanços significativos buscamos identificar o grau de escolaridade dos pais dos entrevistados. Questionamos primeiro: *Qual a escolaridade do seu pai?*

Ambos os participantes do estudo afirmaram que seu genitor possuía apenas o Ensino Fundamental incompleto. Em seguida perguntamos: *Qual a escolaridade da sua mãe?* Novamente, encontramos como resposta Ensino Fundamental Incompleto.

As respostas encontradas nos levam a compreender que o analfabetismo funcional é um problema histórico e presente em todas as localidades do Brasil. Problemática que tem sido denunciada em pesquisas como a Pnad - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, divulgada em março de 2017, a qual denunciou que a taxa de analfabetismo voltou a crescer no Brasil, representando um contingente estimado no total 13,2 milhões de pessoas analfabetas. Os resultados mais expressivos encontram-se na Região Nordeste, onde estão concentrados 54% do total de pessoas que não sabem ler e escrever.

Em seguida, perguntamos – *Como foi sua entrada para ensino de Sociologia? (poderia falar um pouco de sua trajetória, formação).*

O Sujeito A respondeu que foi para completar a carga horária de Geografia, a disciplina em que é formado. O Sujeito B respondeu que sua formação também é em Geografia e que foi convidado para lecionar a disciplina de Sociologia. Ou seja, ambos estão ensinando a disciplina, mas sua formação específica é na Licenciatura

de Geografia, entretanto, o mais importante é esses educadores compreenderem que por sua relevância na formação global do aluno “seus conteúdos devem ser abordados de maneira interdisciplinar pela área das Ciências Humanas e mesmo por outras disciplinas do currículo.” (BRASIL, 2006, p.103).

Prosseguindo indagamos – *Quando iniciou na docência de Sociologia e o processo de seleção dos temas e conteúdos?*

O Sujeito A iniciou em 2015 e seleciona os temas e conteúdos no livro didático. O Sujeito B iniciou no corrente ano e os conteúdos são selecionados em concordância com o livro didático. Vê-se que tanto o Sujeito A quanto o Sujeito B têm pouco tempo de atuação na disciplina, e para os mesmos corresponderem aos interesses dos alunos o ensino repassado precisa ser estimulante do interesse dos alunos.

Em seguida perguntamos: *Quais as principais questões trabalhadas?*

O Sujeito A respondeu que abordava sociologia e conhecimento; cultura e sociedade; relações de poder e movimentos sociais; mundo do trabalho e desigualdades sociais; globalização e sociedade do século XXI.

Por sua vez, o Sujeito B afirmou que aborda a globalização; movimentos sociais; mundo do trabalho; cultura; identidade e etnicidade. Esses conhecimentos são importantes e estão previstos nos currículos para o Ensino Médio já que é por meio “das teorias sociológicas, os educandos compreendem os elementos da argumentação – lógicos e empíricos – que justificam um modo de ser de uma sociedade, classe, grupo social e mesmo comunidade.” (BRASIL, 2006, p.105).

Em seguida indagamos: *O que pensa a respeito do ensino de Sociologia na Escola?* O Sujeito A respondeu que é importante porque leva a sociedade ao conhecimento do aluno. O Sujeito B respondeu que a sociologia leva os alunos a pensarem a respeito da forma como vê o mundo.

Em seguida perguntamos: *Como pensa o plano de ensino?* O Sujeito A respondeu que de forma que alcance os objetivos.

O Sujeito B respondeu que pensa para os alunos compreender e analisar as formas da sociedade e suas diferenças na atualidade. Conforme destaca as orientações curriculares para o ensino médio, o Ensino de Sociologia deve ser multidisciplinar ao ponto que “os fenômenos sociais sejam submetidos a um processo de reflexão contínua, que sejam problematizados na sala de aula, visando colaborar com uma formação crítica e reflexiva nos alunos.” (BRASIL, 2006, p.107).

Dando prosseguimento indagamos: *Quais materiais e recursos didáticos costuma usar?*

O Sujeito A alegou que usa lápis, quadro, data show, computador, vídeo. O Sujeito B também alegou utilizar em suas aulas livro, data show, quadro, lápis. Entretanto, acreditamos que um ensino significativo de Sociologia, exige que os educadores como bem afirma Pimenta (2004, p.65) a compreensão de que:

[...] [o professor] além de saber os conhecimentos sobre determinada área da realidade, que se converterá no conteúdo de ensino, alia-os ao domínio de recursos teóricos e metodológicos para transmissão, partilha e socialização dos conhecimentos. Analisa e avalia criticamente sua atuação, corrigindo as falhas pessoais.

Noutro entendimento, todo educador, independente da disciplina que leciona deve ser competentes na área e capaz de utilizar recursos de ensino que correspondam às necessidades de aprendizagem apresentadas pelos estudantes.

Finalizando essa etapa perguntamos: *Quais são os maiores desafios ao ensinar a Sociologia?*

Os Sujeitos apresentaram respostas semelhantes, ambos alegaram ser a falta de interesse dos alunos, que não davam importância às atividades. Certamente, numa sala de aula sempre existirá alunos dispersos, contudo, nossa tarefa principal é elevar a qualidade da aprendizagem escolar, uma vez que o seu empoderamento social, autonomia intelectual, independência individual depende exclusivamente do compromisso didático-pedagógico assumido pelos professores com o processo de construção dos conhecimentos dos escolares.

Nessa mesma via de reflexão, Libâneo (2010, p. 13) nos ajuda a entender:

O que está em questão, portanto, é uma formação que ajude o aluno a transformar-se num sujeito pensante, de modo que aprenda a utilizar seu potencial de pensamento por meio de meios cognitivos de construção e reconstrução de conceitos, habilidades, atitudes, valores. Trata-se de investir numa combinação bem-sucedida da assimilação consciente e ativa desses conteúdos com o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas pelos alunos visando à formação de estruturas próprias de pensamento, ou seja, instrumentos conceituais de apreensão dos objetos de conhecimento, mediante a condução pedagógica do professor que disporá de práticas de ensino intencionais e sistemáticas de promover o "ensinar a aprender a pensar".

Conforme o exposto, os sujeitos entrevistados demonstram ter consciência da importância que a Sociologia desempenha no âmbito da formação cidadã crítica.

Ambos no processo de entrevistas mostraram-se preocupados com o processo de aprendizagem dos alunos, mesmo não tendo competências específicas na Sociologia, demonstram compromisso com a nobre missão de educar.

Desse momento em diante, apresentamos os resultados das entrevistas que contou com a participação de 20 estudantes da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Maria Lins, matriculados na 3ª série do Ensino Médio. Toda a turma foi convidada a participar do estudo, mas apenas 20 alunos se dispuseram a responder os questionamentos feitos.

A primeira pergunta se propôs a identificar *a idade dos participantes dos alunos entrevistados*.

**Questão 1 – Idade dos sujeitos educandos que participaram do estudo.**

Sujeitos pesquisados	Idade
Três	16 anos
Onze	17 anos
Três	18 anos
Um	20 anos
Dois	21 anos

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2018.

Conforme as respostas encontradas, percebe-se que alguns estão na faixa acima dos vinte anos, idade que corresponde ao Ensino Superior uma vez que a Lei nº 11.274/2006 implantou o Ensino Fundamental de Nove Anos, iniciando-se aos seis anos de idade, assim os alunos do Ensino Médio de acordo com a lei supracitada correspondem à faixa que vai dos 15 a 17 anos.

Como bem adverte Bomeny (2003, p.11).

Um dos indicadores que contribuem fortemente para dificultar o bom desempenho é o alto índice de defasagem idade-série, variável que nos ajuda avaliar o grau de inadequação entre a idade dos alunos e as séries em que estão alocados.

Essa é uma situação comum em todos os municípios do Brasil. Muitos alunos estão fora da faixa idade-série, tal discrepância ocorre pela necessidade de empregabilidade, fato que faz com que muitos pelo cansaço do dia a dia acabem engrossando o quadro de fracasso escolar do país, além de outros fatores que influenciam a escolarização dos sujeitos tais como a maternidade precoce, falta de recursos para transporte, etc.

Prosseguindo, indagamos qual era a *situação civil dos estudantes*. Como respostas encontramos que 17 são solteiros, 1 é separado, 1 divorciado e 1 sujeito convive em estado de união estável.

A pergunta seguinte teve como objetivo identificar o sexo dos entrevistados.

Entre os participantes do estudo, quatorze é do sexo feminino, cinco do masculino e um declarou-se transgênero. Fato que é muito importante porque dificilmente as pessoas costumam assumir sua opção sexual por medo de serem excluídas do convívio em grupo.

A questão seguinte procurou identificar o *local em que os estudantes residiam*.

Entre os participantes do estudo, 12 residem na zona urbana e 8 na zona rural do Município de São Miguel de Taipu. Os que residem na zona rural enfrentam mais dificuldades para chegar à escola, dependendo do transporte escolar.

Todavia, apesar das dificuldades enfrentadas diariamente para conseguir participar da vida em sociedade e usufruir dos seus benefícios, todas as pessoas precisam entender que “A educação é um dos requisitos fundamentais para que os indivíduos tenham acesso ao conjunto de bens e serviços disponíveis na sociedade.” (GADOTTI, 2005, p.1).

A pergunta seguinte dedicou-se a identificar a *etnia dos participantes do estudo*.

Como resultado, encontramos que 3 declararam-se branco, 16 pardos e 1 indígena. Esse resultado mostra a diversidade que marca a população brasileira e como o direito à educação ampliou-se nas últimas décadas, garantindo a todos, brancos, pardos, negros, indígenas a oportunidade de participação nas práticas educativas, uma conquista muito importante em termos de afirmação do Estado democrático e de direitos.

Dando prosseguimento, pesquisamos a *naturalidade* dos estudantes entrevistados.

Encontramos que 2 nasceram na cidade de Sapé, 3 em São Miguel do Taipu, um na cidade de Pedra de Fogo, 7 em João Pessoa, 1 em Pilar, 2 em Santa Rita, 1 na cidade de Guarabira e 3 sujeitos optaram não responder esse questionamento.

A prevalência de nascimentos na cidade de João Pessoa ocorre porque o município de São Miguel de Taipu não tem maternidade, assim, as mulheres são obrigadas a irem para outras cidades que têm maternidades.

A questão seguinte perguntou – *Você se considera independente economicamente da família?*

Dentre os entrevistados, apenas um alegou ter independência financeira, 14 dependem da renda de seus pais, 2 acreditam que são independentes financeiros em parte e 2 não souberam responder.

As respostas encontradas mostram o quanto é importante as políticas de valorização da juventude, para que os alunos tenham oportunidade de ingressar no mercado de trabalho e desenvolva sua autonomia e ampliem suas habilidades atuam como aprendizes no mercado de trabalho, especialmente os que se enquadram.

Em seguida indagamos: *A casa que você mora é: alugada, própria, cedida por parentes?*

Como resposta, 19 alegaram residir em casas próprias e 1 não soube responder a questão.

Complementando a questão acima perguntamos: *Com quem você reside?*

Dentre os 20 entrevistados, encontramos que 16 moram com seus pais e 4 com outros parentes.

Indagamos ainda: Quantas pessoas moram em sua casa? 10 participantes responderam que moravam com 4 a 5 pessoas; 3 com 2 a 3 pessoas e seis conviviam com 6 a 8 pessoas.

Em seguida buscamos identificar *qual era a renda mensal da família*.

Como resposta, 10 declaram que era 1 salário mínimo; 5 não souberam responder, um que correspondia ao total de R\$830,00, outro que era R\$512,00, outro que correspondia ao total de R\$700,00 e um que chegava apenas ao total de R\$450,00.

Dados divulgados pelo INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Brasil, 2017) revelam que 57,3% dos alunos matriculados no Ensino Médio integram o quartil de renda mais baixa. Esses adolescentes e jovens enfrentam muitas dificuldades para conseguirem frequentar a escola. No caso da população rural, o sucesso de sua aprendizagem depende do compromisso assumido pelos governantes em termos de fornecimento de transporte e merenda, além de docentes comprometidos com o sucesso escolar dos estudantes.

Prosseguindo indagamos: *você exerce alguma atividade remunerada?*

Entre os sujeitos pesquisados, 17 responderam que não e 3 responderam que sim, 1 declarou-se trabalhador autônomo e 2 afirmaram que faziam outras atividades laborais, mas não souberam especificar quais eram essas atividades.

Em seguida procuramos descobrir *qual era a ocupação das mães dos entrevistados*.

Como respostas, 2 pessoas afirmaram que suas mães eram funcionárias públicas; 12 trabalhavam na agricultura; 1 era empregada da rede de indústrias e 1 era doméstica.

Perguntamos: *Qual é a escolaridade do seu pai?*

Onze sujeitos da pesquisa alegaram que seu pai tinha apenas o Ensino Fundamental incompleto, 2 o Ensino Fundamental completo; 2 o Ensino Médio; 2 o Ensino Médio incompleto e 1 alegou que o pai era analfabeto.

Questionamos: *Qual é a ocupação de seu pai?* As respostas foram que 14 trabalham na agricultura; 2 como pedreiros eventuais; 1 é vigilante; 1 é empregado da indústria; 1 é funcionário público municipal e 1 é funcionário público estadual.

Por ser uma cidade predominantemente rural, a maioria dos moradores trabalham na agricultura e poucos exercem atividades remuneradas. Há também um contingente significativo de pessoas que trabalham em municípios circunvizinhos e outros que trabalham na capital (João Pessoa).

Em seguida indagamos: *Qual é a escolaridade de sua mãe?*

Encontramos que 8 eram certificadas com o Ensino Fundamental incompleto; 3 cursaram o Ensino Fundamental completo; 3 com o Ensino Médio completo; 3 o Ensino Médio incompleto e três entrevistados não souberam responder.

Apesar dos entrevistados serem oriundos de famílias marcadas por muitas precariedades, percebe-se que já ultrapassaram a escolaridade média de seus pais, mas para terem maiores e melhores oportunidades de inclusão social, seu processo de construção dos conhecimentos deve ser capaz de corresponder aos seus interesses e necessidades, isto é, precisam participar de uma ação docente de qualidade, uma vez que: “A escola pública é a escola da maioria, das periferias, dos cidadãos que só podem contar com ela. Nenhum país do mundo se desenvolveu sem uma boa escola pública.” (GADOTTI, 2007, p.40).

Perguntamos: *Como fez seus estudos de Ensino Fundamental?*



Dezesseis alegaram que foi integralmente em escola pública; 4 alegaram ter sido a maior parte foi em escola pública.

Em seguida indagamos: *Você lê, escreve ou fala alguma Língua estrangeira?*

No universo pesquisado, 16 entrevistados afirmaram que falam apenas o português; 3 que leem, escrevem e falam em espanhol e 1 afirmou que lê, escreve e fala a Língua Inglesa.

Tratando-se da baixa escolaridade, embora o Brasil venha passando por grandes transformações no campo da economia, da política e da própria educação, a Pnad revela que chegamos ao século XXI com um contingente de 33 milhões de brasileiros em estado de analfabetismo funcional (BRASIL, 2017).

Perguntamos: *Participa de alguma atividade/manifestação cultural?*

Quatro alegaram participar de grupo gospel; 12 de nenhuma atividade cultural; 1 disse participar de uma banda musical; 1 quadrilha junina e 2 afirmaram que praticavam o Jiu Jitsu.

As respostas encontradas mostram que a maioria dos entrevistados (cerca de 60%) não têm tido a oportunidade de participar de atividades ou manifestações culturais em sua cidade. A Igreja é citada como a instituição que permanece prestando alguma atenção os entrevistados, seguido da participação de um aluno em festividades juninas e outro pratica o Jiu Jitsu. Em nenhum momento houve menção de atividades culturais realizadas pela escola.

Tratando-se especificamente do Ensino de Sociologia, indagamos aos entrevistados: *O que você lembra das aulas de Sociologia?*

Sete entrevistados alegaram lembrar de aulas abordando globalização, poder, Estado e política, movimentos sociais; 2 explicações e debates envolvendo o direito de votar, 5 alegaram não lembrar nada e 6 não responderam a questão.

Em seguida questionamos: *Lembra de algum assunto que chamou sua atenção? Por quê?*

Cinco entrevistados alegaram não lembrar, 3 não responderam, 5 destacaram temas referentes ao poder, político e Estado, alegando que esse tema é importante porque aborda o poder dos governantes; 3 destacaram os movimentos sociais por representar a união de muitos sujeitos na luta por direitos; 2 citaram os estudos sobre os teóricos da sociologia, destacando Karl Marx, Max Weber, Emile Durkheim por considerarem que suas teorias mudam o pensamento social; 1 destacou a

globalização por falar da Europa e 1 afirmou que a aula que achou mais interessante foi a que discutiram os direitos sociais.

A Sociologia, desde suas formas mais rudimentares até torna-se científica tem como função principal explicar os mecanismos e funcionamento da sociedade, auxiliando os sujeitos a analisarem a realidade que os cerca, os antagonismos e as contradições sociais (SOUZA, 2006). Sem a sua contribuição, certamente muitos indivíduos não conseguiram distinguir que a ideologia impede que muitos consigam alcançar a emancipação humana.

Nessa mesma via de reflexão, Santos et al., (2013, p.20) nos ajuda a entender que:

O ensino de Sociologia deve privilegiar um programa baseado em conhecimentos sociológicos que permitam a constituição de um saber específico, que tenha significado na formação básica e que não se limite a promover discussões apoiadas no senso comum ou em meras simplificações sobre conceitos ou teorias das Ciências Sociais.

Prosseguindo, indagamos: *A Sociologia tem a ver com a sua vida? De que modo?*

Oito entrevistados responderam que sim, considerando que a Sociologia produz a conscientização dos conflitos, que está presente na praticidade do dia a dia, que por meio dela toma conhecimento do que ocorre a sua volta e que por meio dela compreende a importância dos seus direitos sociais. 4 alegaram não saber explicar; Quatro responderam não e 3 não responderam a questão.

Diante das respostas acima destacadas, tanto os alunos que não sabem explicar como a Sociologia se faz presente em suas vidas e os que não responderam possam compreender sua importância, os professores devem lhes proporcionar a compreensão de que:

A Sociologia oportuniza aos seus pesquisadores e estudiosos a compreensão que a educação se dá no contexto de uma sociedade que, por sua vez, é também resultante da educação. Oportunizando assim a compreensão e caracterização da interrelação ser humano/sociedade/educação à luz de diferentes teorias sociológicas. (SANTOS et al., 2013, p.7).

Prosseguindo, perguntamos: *Quando você está na aula de sociologia, você sente que as coisas apresentadas mexem (modificam) sua forma de ver o mundo?*

Onze entrevistados responderam sim. Enfatizaram que a partir da Sociologia têm tido maior oportunidade de compreender o mundo, de entender que a vida em sociedade é bem complexa e que a Sociologia lhes ensina a lutar por seus direitos e serem mais críticos.

Conforme a Sociologia foi sendo reconhecida como suporte da construção do conhecimento, a partir do século XX, Souza (2006, p.18) afirma que: “A sociologia passou a estudar e explicar sistematicamente os mecanismos de funcionamento da sociedade, visando ampliar a visão de mundo dos indivíduos.”. Os alunos não podem sair do Ensino Médio sem terem adquirido uma maturidade intelectual reflexiva, eles precisam compreender até que ponto os fatos sociais interferem na vida em sociedade (GOMES, 1994).

Questionamos ainda: *se você pudesse escolher o que estudar nas aulas de sociologia, o que você escolheria?*

Quatro não responderam; 3 alegaram não saber; 4 destacaram os movimentos sociais; 2 Estado, poder e política; 1 considerou que os temas abordados têm sido muito relevantes em sua vida; 1 citou que seria a resolução de conflitos; 1 que as aulas fossem mais objetivas, 3 que houvesse mais diálogo e menos atividades tradicionais para entender melhor os problemas da sociedade; 1 destacou o preconceito e suas consequências sociais.

Para se tornar eficaz em sua função de formação global dos indivíduos, a escola precisa trabalhar temas diversos e de interesse dos educandos. Temas que se fazem presente no cotidiano social e que devem ser discutidos, analisados e refletidos criticamente, uma vez que os mesmos provocam mudanças na sociedade e nos indivíduos. (SOUZA, 2006, p.23).

Por último, perguntamos: *O que é Sociologia para você?*

Oito afirmaram que a Sociologia é o estudo da sociedade e de suas transformações; 3 não responderam; 3 a consideraram uma matéria comum as demais que estudam; 3 afirmaram que é o estudo da vida, do comportamento humano; 3 alegaram que a Sociologia era sua matéria preferida.

Os educadores devem aprofundar os conteúdos trabalhados no ensino da Sociologia, organizando espaços democráticos de discussão para que os alunos expressem seus pensamentos, opiniões, hipóteses sobre a educação, a sociedade, o poder, a política, visando capacitá-los para exercerem plenamente a sua cidadania

(GOMES, 1994). Mas na realidade é o que tem acontecido é que muitos concluem o Ensino Médio, mas não apresentam as habilidades que deveriam ter desenvolvido.

As falas dos estudantes aqui analisadas conduzem-nos a conclusão de que para a maioria dos sujeitos entrevistados a Sociologia desempenha importante atribuição em sua formação escolar à medida que seus conteúdos abordam temas de seu interesse e de grande relevância social. Contudo, muitos demonstraram desinteresse, outros deixaram claro que sua falta de compreensão em torno da disciplina ocorre porque seus educadores ainda são muito pragmáticos, mesmo vivendo na era da chamada sociedade do conhecimento, utilizam filmes, mas não promovem debates sobre os pontos abordados no filme, não trabalham suas aulas de maneira diversificada ao ponto de estimular o interesse dos alunos.

Complementando, Santos et al., (2013, p.19) tece a seguinte argumentação:

Geralmente, quando se pensa em qualidade do ensino, pensamos imediatamente na figura do professor, e não temos nenhuma dúvida de seu papel na consolidação de uma educação de qualidade, transformadora e democrática. O professor precisa estar constantemente refletindo sua prática, buscando formas de atualização e procurando sempre inovar e aprimorar a maneira de agir pedagogicamente, para que não apenas os alunos, mas eles próprios sintam-se motivados a aprender. A troca/partilha de experiências com os colegas é fundamental para um bom trabalho na sala de aula, pois aprendemos com as experiências dos outros.

Estes estudantes deveriam sair do Ensino Médio com uma visão de mundo ampliada, conhecendo, praticando e exigindo seus direitos sociais, pois sem isso, suas chances de protagonismo social ficam minimizadas e por outro lado, como bem relata Libâneo (2010, p.158) a escola “não conseguirá conciliar o projeto de emancipação humana de seus alunos aliado aos novos padrões econômicos, de produção, tecnológicos e de competitividade.”.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões aqui apresentadas, analisadas e discutidas foram muito importantes para a pesquisadora à medida que reafirmaram a importância que o ensino de Sociologia desempenha na construção da cidadania dos alunos.

Durante a discussão, os autores abordados mostram a íntima relação que existe entre os estudos sociológicos e a prática educativa, a qual para ser transformadora não pode ser neutra, isto é, distanciada de uma reflexão em torno dos problemas sociais, dos fatos sociais que modificam e interferem diretamente no convívio entre os indivíduos.

O campo da educação sempre exerceu e continuará exercendo papel fundamental no processo de socialização, na construção de uma sociedade mais igualitária e justa, fundamentada no respeito aos direitos dos cidadãos, mas para que isso ocorra, acreditamos que o ensino de Sociologia como bem mostrou a pesquisa de campo deve ser desenvolvido por meio de uma visão crítica da sociedade, por professores que sejam capazes de levar os alunos a questionarem os fatos sociais, com ousos recursos e metodologias de ensino diversificadas e atrativas para os alunos que sejam capazes de estimular o interesse e a participação ativa do aluno no seu processo de aprender a aprender, para que cada aluno consiga desenvolver uma visão crítica do mundo, dos fatos que provocam as mudanças na sociedade dentre outras coisas.

Embora muitos professores apresentem certa resistência em mudar as suas formas de trabalhar os conteúdos, a queixa maior dos alunos pesquisados foi diz respeito às dificuldades enfrentadas em sala pelo ensino centrado na Pedagogia Tradicional que na modernidade tem sido rebatida por ter se tornado obsoleta para o momento vivido em que a maioria das pessoas dominam inúmeras habilidades do mundo da tecnologia, portanto, devem ser continuamente estimulados na escola por meio de um trabalho pedagógico interdisciplinar que promovam vivências que aproximem os alunos dos conceitos e temas trabalhados na sala de aula e que sejam realmente capazes de elevar a qualidade da aprendizagem escolar de seus educandos.

A tão necessária e desejada educação da qualidade exige a presença de professores competentes, realmente comprometidos com a aprendizagem de seus alunos, professores que mobilizem os saberes em sala de aula, o que não é difícil na

escola pesquisada, uma vez que a maior parte dos estudantes que participaram deste estudo demonstrou grande interesse em aprender, suas maiores queixas recaem sobre a didática adotada por seus professores.

Certamente, se a disciplina de Sociologia fosse lecionada por profissionais licenciados em Ciências Sociais, não haveria tanta insatisfação da parte dos alunos. Embora existam similaridades entre a Geografia e a Sociologia, é preciso considerar que pode haver lacunas nas formas de trabalhar os conteúdos da disciplina decorrente da empatia construída entre professor e alunos, mas também precisamos considerar que existem professores de Geografia que dominam bem outras áreas de ensino, mas no caso deste estudo, percebemos que muitos alunos não conseguiram dominar as competências da Sociologia, especialmente os que não souberam responder alguns dos questionamentos que foram feitos durante a entrevista.

Não há por parte da pesquisadora a intenção de menosprezar a prática docente dos professores que participaram do estudo, mas como futura socióloga acredito que devemos transformar a sala de aula num lugar estimulante do processo de construção dos conhecimentos sociais.

## DOCUMENTAÇÃO PESQUISADA

BRASIL, **Constituições brasileiras - Volume III**. Brasília: Senado Federal, 2012.  
Disponível em: <[www2.senadofederal.gov.br](http://www2.senadofederal.gov.br)>. Acesso 12 ago. 2018.

\_\_\_\_\_, **Constituições brasileiras - Volume V**. Brasília: Senado Federal, 2012.  
Disponível em: <[www2.senadofederal.gov.br](http://www2.senadofederal.gov.br)>. Acesso 19 ago. 2018.

\_\_\_\_\_, **Constituição Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. 43ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014. (Série legislação).  
Disponível em: <[www.camaradosdeputados.gov.br](http://www.camaradosdeputados.gov.br)>. Acesso 22 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação, 1961.  
Disponível em <[www.portalmec.gov.br](http://www.portalmec.gov.br)>. Acesso 15 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus, e dá outras Providências**. Brasília: Ministério da Educação, 1971.  
Disponível em <[www.portalmec.gov.br](http://www.portalmec.gov.br)>. Acesso 19 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. 9ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013. (Série legislação).  
Disponível em: <[www.camaradosdeputados.gov.br](http://www.camaradosdeputados.gov.br)>. Acesso 15 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC – 2ª versão**. Brasília: Ministério da Educação, 2016.  
Disponível em: <[www.ministeriodaeducacao.gov.br](http://www.ministeriodaeducacao.gov.br)>. Acesso 20 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Orientações curriculares para o ensino médio. Volume 3 - Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.  
Disponível em: <[www.ministeriodaeducacao.gov.br](http://www.ministeriodaeducacao.gov.br)>. Acesso 29 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros curriculares nacionais do ensino médio – ciências humanas e suas tecnologias**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.  
Disponível em: <[www.ministeriodaeducacao.gov.br](http://www.ministeriodaeducacao.gov.br)>. Acesso 10 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Censo escolar da educação básica 2016 – notas estatísticas**. Brasília: INEP, fevereiro, 2017.  
Disponível em: <[www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)>. Acesso 28 out. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro, IBGE, março de 2017  
Disponível em: <[www.ibge.org.br](http://www.ibge.org.br)>. Acesso 29 set. 2018.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Myrtes. Formar professores para uma nova escola. In: QUELUZ, Gracinda.; ALONSO Myrtes (Org.). **O Trabalho docente: teoria & prática**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

BARBOSA, Maria Simara Torres. **História da educação**. São Luís: UemaNet, 2010. Disponível em: <[www.slideshare.com.br](http://www.slideshare.com.br)>. Acesso 18 ago. 2018.

BOMENY, Helena M. **Quando os números confirmam impressões: desafios na educação brasileira**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2003. Disponível em: <[www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br)>. Acesso 8 out. 2018.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.

CASASSUS, Juan. **A escola e a desigualdade**. Brasília: UNESCO, 2007.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. In: **Cadernos de pesquisa**. N.115, p.139-154, Março, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa**. 25ed. São Paulo. Paz e Terra. 1997.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido**. São Paulo: GRUBHAS, 2003.

\_\_\_\_\_. A escola na cidade que educa. **Cadernos Cenpec**, n.1, 2006. Disponível em: <[www.cenpec.org.br](http://www.cenpec.org.br)>. Acesso 26 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar / Moacir Gadotti**. 1ed. São Paulo : Publisher Brasil, 2007.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. (Tradução: Sandra Regina Netz). 4ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GIRALDELLI JR, Paulo. **Filosofia e História da Educação Brasileira**. São Paulo: Manole, 2003.

GOMES, Cândido Alberto. **A educação em perspectiva sociológica**. 3ed. Ver. e ampliada. São Paulo: EPU, 1994.

KAUFMANN, Carolina.; MARTINS, Maria do Carmo. Ditaduras militares argentina e brasileira: colaborações culturais em educação na década de 1970 do século XX. In:

VIDAL, Diana Gonçalves.; ASCOLANI, Adrian (Orgs.). **Reformas Educativas no Brasil e na Argentina: ensaios de história comparada da educação**. São Paulo: Cortez, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 7ed. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação**: da antiguidade aos nossos dias. (Tradução: Caetano Lo Monaco). 4ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MESKENAS, Paulo. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. 2ed. São Paulo: Moderna, 2000.

NERY, Maria Clara Ramos. **Sociologia da Educação**. Organizado pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). Curitiba: Ibpx, 2008.

OLIVEIRA, Amurabi. Os desafios teórico-metodológicos do Ensino de Sociologia no Ensino Médio. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 32, n. 3, p. 1019 - 1044, set./dez. 2014  
Disponível em: <[www.periodicos.ufsc.br](http://www.periodicos.ufsc.br)>. Acesso 30 set. 2018.

OLIVEIRA, Stanley Braz de.; SOBRINHO, Werton Francisco Rios da Costa (Org.). **Geografia**: teorias e práticas. (Organizadores). Piauí: FAM, 2018.  
Disponível em: <[www.faculdadeafonsofrense.com.br](http://www.faculdadeafonsofrense.com.br)>. Acesso 5 out. 2018.

PIMENTA, Selma Garrido. **Didática e Formação de Professores**. 3ed. São Paulo: Cortez. 2004.

RANKEL, Luiz Fernando.; STAHLSCHMIDT, Rosângela Maria. **Profissão docente**. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2009.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira**. Campinas: Autores Associados, 2005.

RIBEIRO, Márcia Maria Gurgel. As políticas de currículo e o cotidiano das escolas de ensino fundamental nas propostas para a CONAE 2010. In: PEREIRA, Maria Zuleide Costa (Org). **Diferença nas políticas de currículo**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da educação**. 6ed. Rio de Janeiro, Lamparina, 2000.

ROMANELLI, Otaiza. **História da educação no Brasil**. 5ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

ROSSI, Ednéia Regina.; RODRIGUES, Elaine.; NEVES, Fátima Maria.  
**Fundamentos históricos da educação no Brasil**. 2ed. rev. e ampl. Maringá. Eduem. 2009.  
Disponível em <[www.docslide.com.br](http://www.docslide.com.br)>. Acesso 25 ago. 2018.

SANTOS, Rita de Cássia Grecco dos.; *et al.* **Sociologia da Educação**: debates contemporâneos e emergentes na formação de professores. Rio Grande: Editora da FURG, 2013.  
Disponível em <[www.sabercom.furg.br](http://www.sabercom.furg.br)>. Acesso 5 out. 2018.

SAVIANI, Dermerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2ed. Ver. e ampl. Campinas/SP: autores Associados, 2008. (Coleção memória da educação)

\_\_\_\_\_,; *et al.* **O legado educacional do século XX no Brasil**. 2ed. São Paulo: autores Associados, 2006.

SCHMIDT, Leide Mara.; RIBAS, Mariná Holzmann.; CARVALHO, Marlene Araújo de. O Caráter Emancipatório de uma prática pedagógica possível. In: QUELUZ, Gracinda.; ALONSO Myrtes (Org.). **O Trabalho docente**: teoria & prática. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Luís Fabiano de Aguiar.; BARBOSA, Aline Camilo. O profissional de geografia e a constituição dos seus saberes: um estudo de caso. In: OLIVEIRA, Stanley Braz de.; SOBRINHO, Werton Francisco Rios da Costa (Org.). **Geografia**: teorias e práticas. (Organizadores). Piauí: FAM, 2018.  
Disponível em: <[www.faculdadeafonsofrense.com.br](http://www.faculdadeafonsofrense.com.br)>. Acesso 5 out. 2018.

SOUZA, João Valdir A. Sociedade, cultura, educação e escola. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.  
Disponível em <[www.uffj.com.br](http://www.uffj.com.br)>. Acesso 9 out. 2018.

TOZONNI-REIS, Marília Freitas de Campo. **Metodologia da Pesquisa**. 2ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

VEIGA, Ilma Passos (Coord.). **Repensando a Didática**. Campinas: Papirus, 1989.